
**INSTITUTO
SUPERIOR
DE CONTABILIDADE
E ADMINISTRAÇÃO
DO PORTO**
POLITÉCNICO
DO PORTO

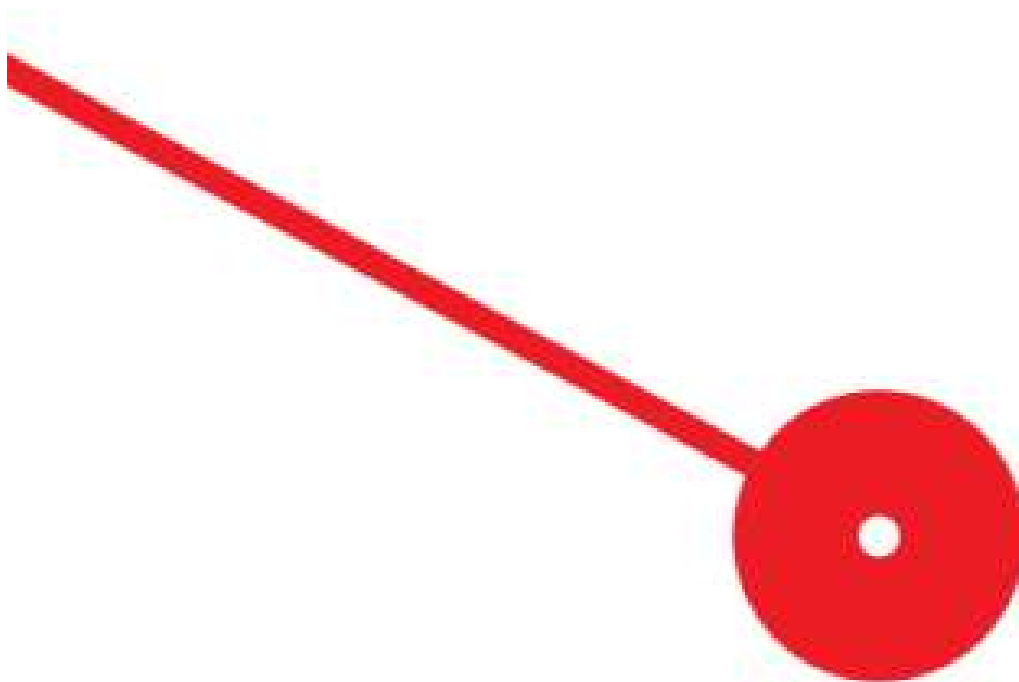
M

MESTRADO
CONTABILIDADE E FINANÇAS

A Utilidade da Informação Financeira e Não Financeira para a Tomada de Decisão

Ana Sofia Amaral Rocha

10/2021



**INSTITUTO
SUPERIOR
DE CONTABILIDADE
E ADMINISTRAÇÃO
DO PORTO**
POLITÉCNICO
DO PORTO

M

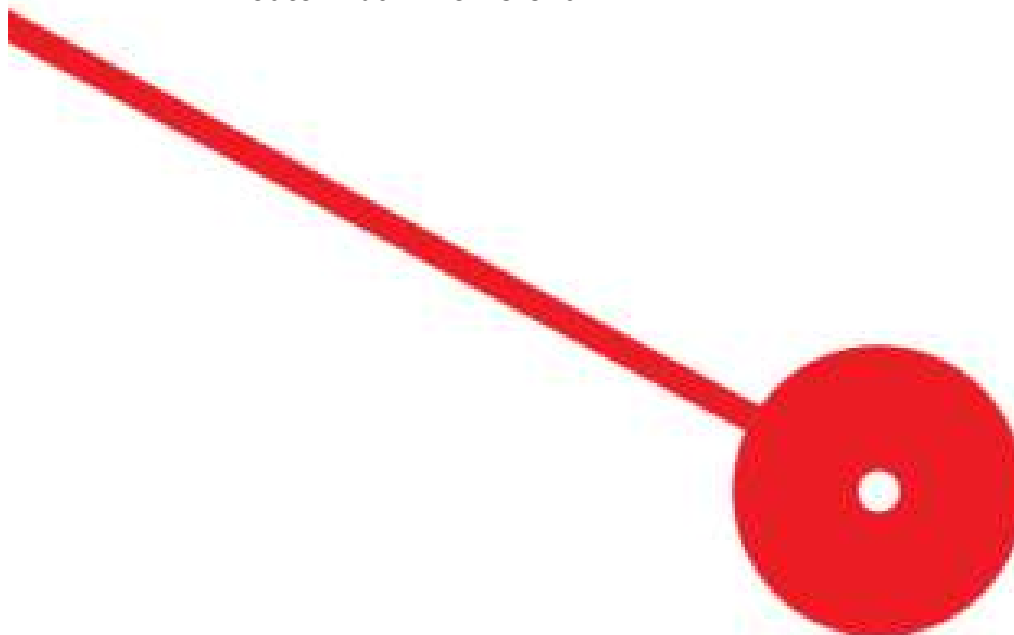
MESTRADO
CONTABILIDADE E FINANÇAS

A Utilidade da Informação Financeira e Não Financeira para a Tomada de Decisão

Ana Sofia Amaral Rocha

Dissertação de Mestrado

apresentado ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto para a obtenção do grau de Mestre em Contabilidade e Finanças, sob orientação do Professor Doutor Adalmiro Pereira



Resumo

A informação financeira mostra-se uma ferramenta essencial para o processo de tomada de decisão, tornando este processo mais consciente e ponderado, fazendo com que a decisão tomada seja com base numa informação credível e fiável. A contabilidade tem como finalidade satisfazer necessidades informativas de um vasto conjunto de utilizadores. Numa perspetiva teórica a contabilidade tem um objetivo genérico e abstrato. A preparação e divulgação da informação financeira implicam alguma análise e auxilia na tomada de decisões. É referido também no Decreto-Lei 89/2017 que veio transpor a Diretiva Europeia 2014/95/UE, para a obrigação de divulgação de informação não-financeira quer seja por relatórios individuais ou integrados, questão que leva à abordagem dos relatórios de sustentabilidade e do relato integrado, com exemplificações usando relatórios de uma entidade. Este estudo tem como principal objetivo perceber a utilidade que a informação financeira e não financeira tem para a tomada de decisão. Baseados numa amostra de 56 contabilistas certificados, chegamos ao resultado de que o gestor dá mais importância ao balanço e à demonstração dos resultados, devido ao resultado líquido, enquanto que os CC atribuem uma relevância mais igualada por todas as demonstrações financeiras.

Palavras-chave: Informação financeira, Informação não-financeira, tomada de decisão, contabilidade

Abstract

The financial information is an essential tool for the decision-making process, becoming this process more conscient and thoughtful, making the decision taken based on credible and reliable information. The goal of accounting is to satisfy informational needs of a wide set of users. In a theoretical perspective, the accounting goal is generic and abstract. The preparation and disclosure of financial information implies some analysis and helps in the decision-making. Also mentioned the Decree-Law 89/2017 which transposes the European Directive 2014/95/UE, that obligates the disclosure of non-financial information in both individual and integrated reports, which brings the sustainable and integrated reports approach, with examples by using reports from an entity. The main goal of this study is to understand the utility that financial and non-financial information has in the decision-making. Based on a sample of 56 certified accountants, we concluded that the manager gives more importance to the balance sheet and income statement, due to the net income, while certified accountants attribute an equal relevance to all financial statements

Keywords: Financial information, Non-financial information, decision making, accounting

Agradecimentos

Um agradecimento especial a todos os que me acompanharam ao longo destes dois anos de mestrado, nomeadamente às pessoas mais importantes da minha vida, os meus pais, os meus avós, o meu irmão, a minha tia e meu padrasto, uma vez que sem eles não teria sido possível chegar aqui. Foram estes que sempre me incentivaram e apoiaram nesta fase tão importante da minha vida.

Um forte agradecimento às minhas amigas Sofia Araújo e Ana Correia, que sempre se disponibilizaram a ajudar-me sempre que foi necessário.

Agradeço ao Professor Adalmiro Pereira, orientador da minha dissertação de mestrado, na instituição de ensino, pela sua disponibilidade e acompanhamento do meu trabalho ao longo destes meses, dando sempre *feedback* e sugestões de melhoria, contribuindo assim para um melhor aproveitamento e resultado da dissertação.

Para terminar, um especial agradecimento aos meus colegas da Santos Vaz, Trigo de Morais & Associados e meus amigos, que sempre que necessitei me apoiaram e me aconselharam nesta fase tão importante para mim.

Lista de siglas

APCER- Associação portuguesa de certificação

CC- Contabilista Certificado

CCE- Comissão das comunidades europeias

CEE- Comunidade Económica Europeia

CLC- Certificação Legas de Contas

DF- Demonstração Financeira

EC- Estrutura Conceptual

EM- Estado membro

ENI- Empresário em nome individual

ESNL- Entidade do setor não lucrativo

GASB- *Government Accounting Standards Board*

GRI- *Global reporting initiative*

IASB- *International Accounting Standards Board*

IASC- *International Accounting Standards Committee*

IFAC- *International Federation of Accountants*

IFRS- *International Financial Reporting Standards*

INE- Instituto Nacional de Estatística

INF- Informação Não Financeira

IPCG- Instituto Português de *Corporate Governance*

IIRC- *International Integrated Reporting Council*

ME- Micro entidade

MEP- Método da equivalência patrimonial

NCRF- Norma Contabilística e de Relato Financeiro

NIC- Normas Internacionais de Contabilidade

NIRF- Normas internacionais de relato financeiro

OCC- Ordem dos contabilistas certificados

OCDE- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

ONU- Organização das Nações Unidas

PE- Pequena entidade

POC- Plano Oficial de Contabilidade

RI- Relatório integrado

RG- Relatório de Gestão

ROC- Revisor oficial de contas

RSE- Responsabilidade social empresarial

SNC- Sistema de Normalização Contabilística

UE- União Europeia

Índice Geral

Resumo	i
Abstract.....	ii
Agradecimentos	iii
Lista de siglas	iv
Índice de Tabelas	viii
Índice de Figuras	ix
Introdução.....	1
1. A evolução da Contabilidade.....	6
1.1 Surgimento da Contabilidade	6
2.2 Harmonização Contabilística.....	7
1.1.2 Harmonização Contabilística na União Europeia.....	11
2. Informação Financeira	15
2.1 Conceito de Informação.....	15
2.2 Utilizadores da Informação	17
2.3 Informação Financeira.....	19
2.4 A utilidade da informação financeira	20
2.5 Demonstrações Financeiras	21
2.6 Características das Demonstrações Financeiras	24
3.7 Relato Financeiro.....	26
3. Informação Não Financeira	28
3.1 Responsabilidade Social	32
3.1.1 Conceito de Responsabilidade Social Empresarial	32
3.2 Relatório de Sustentabilidade	33
3.2.1 Finalidade do Relatório de Sustentabilidade	34
3.3 Relatório Integrado	35
4. Metodologia.....	41
4.1 Objetivo da amostra.....	41
4.2 Métodos de investigação	41
4.3 Estrutura do inquérito por questionário	42
4.4 Amostra do estudo	42
5. Análise e discussão dos dados obtidos	43
5.1 Caracterização dos inquiridos (Contabilistas Certificados).....	43
5.2 Caracterização da entidade	45
5.3 Caracterização do gestor.....	49
5.4 Relevância das DF	51
5.5 Informação Não Financeira	54

6. Conclusão	57
Referências Bibliográficas.....	60
Apêndice 1- Inquérito.....	67

Índice de Tabelas

Tabela 1- Estrutura do trabalho	4
Tabela 2: Evolução da contabilidade.....	7
Tabela 3- Documentos e outros Instrumentos de Informação.....	16
Tabela 4- Utentes da Informação Financeira.....	18
Tabela 5: Características qualitativas da informação financeira.....	25
Tabela 6- Lista dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030.....	29
Tabela 7- Setor de atividade	47

Índice de Figuras

Figura 1 – Evolução do relato empresarial.....	27
Figura 2- Relação entre responsabilidade social e desempenho empresarial.....	31
Figura 3- Quadro Internacional de Relato Integrado.....	37
Figura 4- Pontos benéficos no modelo de integração da IF	39
Figura 5- Contabilistas Certificados por género.....	43
Figura 6- Idade dos Contabilistas Certificados	44
Figura 7- Habilitações Académicas.....	44
Figura 8- Experiência Profissional	45
Figura 9- Mudança de normativo em 2010	45
Figura 10- Início de atividade.....	46
Figura 11- Localização Geográfica	46
Figura 12- Dimensão da entidade.....	47
Figura 13- Normas aplicáveis.....	48
Figura 14- Capital Social.....	48
Figura 15- Total de balanço.....	48
Figura 16- Formação ao nível do ensino superior	49
Figura 17- O gestor é proprietário da empresa?	49
Figura 18- Conhecimento de contabilidade/gestão do gestor.....	50
Figura 19- Com que frequência é requerida a IF?	50
Figura 20- O gestor atribui elevada utilidade à informação adquirida?	51
Figura 21- Importância que os gestores atribuem às DF	52
Figura 22- Importância que os contabilistas certificados atribuem às DF	53
Figura 23- Grau de concordância atribuído à informação adicional requerida	54
Figura 24- A empresa reporta informação não financeira.....	54
Figura 25- A empresa apresenta a INF apenas no RG?.....	55
Figura 26- A empresa apresenta Relatório de Sustentabilidade?	55
Figura 27- A empresa apresenta relatório integrado?.....	55

Introdução

Tendo em conta o contexto de globalização em que vivemos, e num ambiente empresarial, com as constantes mudanças e alterações cada vez mais frequentes, existe uma mais elevada necessidade de informação, deste modo, os sistemas de informação tornam-se inconscientemente numa necessidade fulcral. Num ambiente organizacional, são tomadas decisões a toda a hora, tornando-se assim fundamental a existência de umas boas bases de informação, para que esse processo de tomada de decisão, e tendo o gestor o papel mais importante nesse processo (na obtenção de toda a informação), se torne mais útil. Um dos principais meios de informação é a contabilidade.

As empresas operam, cada vez mais, em ambientes mais instáveis. Com a evolução da tecnologia e com os clientes a tornarem-me mais exigentes, também a globalização obriga as empresas a adaptarem-se a realidades distintas, num curto espaço de tempo (Santos & Alves, 2015). A necessidade de harmonização das normas contabilísticas surge no contexto de uma economia cada vez mais globalizada que carece da atenuação das diferenças existentes entre os normativos contabilísticos que vigoram e divergem de país para país.

A harmonização contabilística surge intrínseca a algumas necessidades, tais como a necessidade de criar um relato financeiro de cariz económico; reduzir o risco da informação obtida, através da transparência e detalhe das políticas de divulgação; de melhorar a organização interna e eliminar diferenças na “linguagem internacional” potenciando assim, futuros negócios (Encarnação, 2009).

Um dos recursos indispensáveis para a empresa conseguir ter vantagem competitiva é o correto uso das fontes de informação (Albaum, 1964). O grande objetivo da divulgação da informação por parte das organizações, consiste em divulgar informação sobre elas mesmas, facilitando assim aos seus *stakeholders* a conseqüente tomada de decisão. Nesse sentido, apresentam-se novos desafios às organizações na apresentação e divulgação obrigatória da informação financeira da informação não financeira (Leocádio, 2017).

A função informação é referente ao dever que os relatos financeiros têm de fornecer aos utilizadores dessa informação, todo o material necessário para que consigam tomar uma decisão informada e ponderada, sem afetar o comportamento da empresa. Por seu lado, a função transformação pressupõe que os *stakeholders* recebam e avaliem essa mesma informação e influenciem o comportamento da organização em seu benefício, com o objetivo

de tornar a organização receptiva ao *feedback* dos *stakeholders* e desejosa de se comprometer com eles (Leocádio, 2017).

A informação não financeira vem assim, complementar a informação financeira, na medida em que estas duas são utilizadas em simultâneo e em diversas situações distintas (Pires & Alves, 2011). A informação de responsabilidade social empresarial assumiu nos últimos anos, uma importância mais elevada para preparadores e utilizadores e tendeu a intensificar-se desde a crise financeira americano, a partir do ano 2007, espelhada em Portugal em 2008. O crescente volume de informação apresenta várias formas de divulgação de ações impactantes no normal funcionamento da empresa, refletindo-se na visão dos *stakeholders* acerca da empresa e da comunidade em que se insere (Faria, 2017).

Atualmente, desenvolve-se a perceção, por parte do invólucro empresarial, de que o sucesso sustentável não pode ser alcançado apenas através da maximização de lucros e do resultado, a curto-prazo, mas também, através de um comportamento responsável e orientado para o mercado (Leite & Rebelo, 2010). A procura pela excelência passa por considerar o trinómio “Economia, sociedade e ambiente” isto é, *a tripple bottom line* (Comissão Europeia [CE], 2001).

A divulgação destes dois tipos de informação, centra-se na necessidade das empresas em diminuir o máximo possível os custos de produção dos bens ou prestação de serviços, ao mesmo tempo que maximizam a qualidade e rendimentos, para tal, é necessário que a informação nos indique quais as áreas onde é necessário prestar mais atenção, de forma a melhorar ou restringir (Fernandes, 2019).

Sendo Portugal considerado como um país de rendimento médio baixo, importa conhecer o papel da informação financeira na concessão de crédito por parte das instituições financeiras do país. É desejável e esperado que a informação fornecida pelas empresas seja de total qualidade, de modo a que contenha todos os elementos que se permitam associar à real situação económica e financeira e, conseqüentemente, validar ou não, o pedido de empréstimo e respetivas condições. Ao condicionar esta tomada de decisão, considerar-se-á que a informação é útil e relevante, logo passível de ser considerada de qualidade.

Para uma gestão eficiente e eficaz é extremamente necessário que exista um sistema de relato financeiro adequado, baseado no sistema de contabilidade financeira e que permita aos detentores de capital, obter informação fidedigna sobre a situação económica e financeira das entidades (Encarnação, 2009).

O tema previamente apresentado demonstra alguns estudos feitos, com o objetivo final de entender a real importância da informação preparada pelos contabilistas, mas

também, que tipo de informação assume maior relevância para os gestores, na tomada das suas decisões.

Com base em estudos já realizados identificámos que as empresas com a contabilidade feita externamente tendem a utilizar menos a informação financeira que as empresas com a contabilidade efetuada internamente (Feliciano, 2015, referido por Serrasqueiro e Nunes, 2004), ou seja, o fator interno/externo da contabilidade influencia diretamente a importância dada à informação preparada. De notar que no estudo feito por Gouveia *et al*, (2015) a informação preparada através contabilidade financeira encontra-se num patamar superior de preferência em relação à contabilidade orçamental e à contabilidade de gestão. Em relação à periodicidade com que a informação é relatada aos utilizadores, Gouveia *et al*, 2015 declara que a maioria das empresas/organizações utiliza essa informação mensalmente, no entanto, a maioria também afirma que são os preparadores que tomam iniciativa para a divulgar.

Segundo Rosa (2013), existem inúmeros estudos que acusam que na base de preparação da informação financeira e não financeira estão as obrigações fiscais, verificando-se assim que não é dada grande importância e utilidade à informação financeira para as decisões de financeira, já que as questões fiscais são aquelas ao qual a empresa atribui uma maior importância, prendendo-se falsamente como principal objetivo da informação financeira.

Desta forma, optou-se por seguir as mesmas orientações e de modo a responder às questões de investigação, foi necessário traçar os seguintes objetivos específicos:

Objetivo 1: Perceber a necessidade dessa informação para os gestores

Objetivo 2: Apontar os principais utilizadores da informação

Objetivo 3: Reconhecer se as necessidades dos gestores são satisfeitas através da informação dada pelos preparadores.

Objetivo 4: Identificar que tipo de informação os gestores consideram mais importante.

Objetivo 5: Perceber se o perfil do gestor tem influência na tomada de decisão.

O objetivo desta investigação é também perceber quais são as fontes de informação mais utilizadas pelos gestores na tomada de decisão, analisando, em particular, o papel da informação contabilística no apoio ao processo decisório Empresas Portuguesas. Pretende-se também apurar os possíveis fatores de exclusão desta fonte de informação por parte dos gestores.

A escolha da metodologia a seguir tem por base os objetivos a que se pretende dar resposta com este trabalho.

A metodologia a adotar depende muito do assunto a investigar (Ryan, Scapens, & Theobald, 2002). O método de recolha de dados por questionários representa uma metodologia muito importante nas ciências sociais (Gillham, 2000). É um método pouco dispendioso, tanto em tempo como em dinheiro e apresenta grande facilidade na análise dos dados. Também o facto de o investigador não estar presente dá ao inquirido maior liberdade de resposta e também confidencialidade (Gillham, 2000). No entanto, como qualquer outro método, apresenta também diversas desvantagens, tais como baixas taxas de resposta (principalmente em pequenas empresas), a impossibilidade de correção da má interpretação das questões.

Assim, de forma a responder aos objetivos deste estudo, optou-se por uma investigação quantitativa, através da realização de um inquérito por questionário. A escolha desta metodologia surge da análise da revisão de literatura efetuada, onde se constatou que este é um dos métodos mais utilizados nos trabalhos focados nesta temática.

Neste estudo, a população alvo são os contabilistas certificados, representando estas entidades 96,2% das empresas portuguesas (INE, 2015). Com uma população desta dimensão, torna-se difícil abranger a totalidade ou até mesmo uma amostra representativa deste universo.

O presente trabalho divide-se em 7 partes, como se pode verificar abaixo onde se apresenta a estrutura da dissertação.

Tabela 1- Estrutura do trabalho

Capítulo	
	Introdução
I-	Enquadramento Teórico
II-	A informação financeira
III-	A informação Não financeira
IV-	Metodologia de Investigação
V-	Análise e discussão de dados
VI-	Conclusão

Fonte: Elaboração Própria

A primeira parte, Introdução, faz uma breve introdução ao tema e à problemática que se pretende estudar, identificando-se o objeto, os objetivos, as questões de investigação e a sua estrutura.

Na segunda parte, dedicada ao enquadramento teórico, efetua-se um enquadramento das questões abordadas, sendo dividida em dois grupos: a harmonização contabilística e o surgimento da contabilidade.

A terceira e a quarta parte dedicam-se à revisão da literatura, onde serão analisados e fundamentados os temas como a informação financeira e a informação não financeira.

A quinta parte diz respeito ao estudo empírico estudo empírico, determinando-se e fundamentando-se a metodologia a aplicar. O estudo vai ter por metodologia um questionário por inquérito. Para finalizar, na sexta parte analisamos os resultados e a sétima parte é destinada à apresentação das conclusões do estudo, suas limitações e ainda as sugestões para futuras investigações.

1. A evolução da Contabilidade

Neste capítulo ir-se-ão desenvolver os vários conceitos necessários ao estudo, levantando as problemáticas subjacentes aos respetivos conceitos. Existem três conceitos base importantes ao estudo que importa desenvolver: a informação financeira, a informação não financeira e a normalização contabilística.

1.1 Surgimento da Contabilidade

Não será de todo descabido supor que a noção de conta e, conseqüentemente, de Contabilidade, seja tão antiga como a origem da vida do homem em sociedade. Não é possível, com exatidão, determinar, onde, quando e como nasceu a Contabilidade. (Gonçalves, 2010).

Alguns historiadores fazem remontar os primeiros sinais objetivos de existência de contas aproximadamente a 4.000 antes de Cristo (a.C.). (Gonçalves,2010). De acordo com relatos de diversos autores, a contabilidade surgiu junto com a história da humanidade, existem indícios do seu surgimento há 4.500 a.C. Os povos primitivos dedicavam-se à agricultura e a pecuária e logo foram surgindo as cidades e as atividades comerciais (Agostini &Carvalho, 2012). A verdade é que o homem nos seus tempos primordiais, ao contar o número de instrumentos de caça e pesca, ao inventariar os seus rebanhos, já estaria a praticar uma forma rudimentar de Contabilidade (Gonçalves, 2010).

A contabilidade surgiu no início da existência humana devido à necessidade do homem em obter informações a respeito de suas riquezas (Agostini *et al.* 2012)

A contagem levou à criação dos numerais, estes sendo os números mais primitivos, desde que há memória, consistiam em traços verticais e retos para os números de um a nove. Apareceram no Egipto (3400 a.C.) e na Mesopotâmia (ca1.3000 a.C.). Assim que esta contagem se associou a bens económicos do individuo ou da sociedade, pode-se concluir que estávamos na presença dos primeiros registos contabilísticos (Gonçalves, 2010).

Mas os registos das operações comerciais, industriais ganharam uma sistematização mais ampla somente na Idade Média, ou seja, há cerca de pouco mais de um milénio quando se oficializou o surgimento da prática de sistematização por correlação de causa e efeito, como diz Sá (2008), referenciado por Agostini *et al.* (2012).

A contabilidade ao longo dos séculos veio sempre a evoluir, tornando-se indispensável à sobrevivência dos mercados (Silva, Neto &Cerqueira, 2014).

Segundo Sá (1999, p.42) referenciado por Silva (2018) a definição de contabilidade seria “Contabilidade é a ciência que estuda os fenômenos patrimoniais, preocupando-se com realidades, evidências e comportamentos dos mesmos, em relação à eficácia funcional das células sociais”

De forma inevitável, quando o assunto é a contabilidade da era moderna, época onde muitas empresas cresceram ao nível das grandes empresas e estando estas presentes quase que no mundo inteiro, conhecer a origem da contabilidade ajuda a entender a importância que a mesma tem para o processo de tomada de decisão e controlo do património. De notar que com a globalização, harmonizar e padronizar os balanços e as demonstrações financeiras das empresas, favorece o trabalho dos contabilistas. E é neste momento que surge o processo de harmonização contabilística (Agostini *et al.* 2012).

Lima (2006) defende a contabilidade em quatro etapas da sua evolução, conforme tabela 2 abaixo:

Tabela 2: Evolução da contabilidade

Período	Características
Contabilidade do Mundo Antigo	Período que se inicia com a civilização do homem e vai até 1202 da Era Cristã.
Contabilidade do Mundo Medieval	Período que vai de 1202 da Era Cristã até 1494, quando apareceu o <i>Tractatus de Computis et Scripturis</i> (Contabilidade por Partidas Dobradas) de Frei Luca Pacioli, publicado em 1494; enfatizando que a teoria contabilística do débito e do crédito corresponde à teoria dos números positivos e negativos, obra que contribuiu para inserir a contabilidade entre os ramos do conhecimento humano.
Contabilidade do Mundo Moderno	Período que vai de 1494 até 1840, com o aparecimento da obra “ <i>La Contabilità Applicata Alle Amministrazioni Private e Pubbliche</i> ”, da autora de Francesco Villa, premiada pelo governo da Áustria. Obra marcante na história da Contabilidade.
Contabilidade do Mundo Científico	Período que se inicia em 1840 e continua até os dias de hoje.

Fonte: Lima (2006), p.1

2.2 Harmonização Contabilística

Uma vez que com o atual cenário de globalização dos mercados, a complexidade das transações comerciais das empresas e a concentração de negócios num ambiente de

concorrência internacional levam à procura e captação de fundos junto de investidores diversificados e sendo a contabilidade um instrumento decisivo no processo internacional, torna-se necessário que haja uma harmonização contabilística de forma a ajudar a promover as decisões de negócios (Antunes, 2008). O principal objetivo da harmonização deve ser satisfazer as necessidades dos utilizadores e das empresas. Este objetivo é alcançado através da formulação de regras e normas internacionais que limitem as diferenças entre normas nacionais, sendo as próprias normas objeto de harmonização. Desta forma, é importante a promoção de uma união económica através da convergência progressiva das leis dos diferentes Estados Membros, na medida em que as harmonizações das práticas de elaboração financeira se tornem um elemento necessário para alcançar esse objetivo (Antunes, 2008).

A utilização das IAS/IFRS na UE prende-se com diversos fatores, entre os quais destacam-se o aumento da transparência e comparabilidade das informações financeiras a nível internacional, a melhoria do funcionamento do mercado de capitais, a proteção dos interesses dos investidores e a melhoria da qualidade da informação financeira prestada e sendo a contabilidade como meio de relato financeiro, varia de país para país, conforme o seu contexto, tornando-se, deste modo, cada vez mais difícil as análises e tomadas de decisão com base nas informações por ela apresentada originando assim os esforços para a sua harmonização (Lapi, 2015).

A evolução da contabilidade no contexto atual é caracterizada por um fenómeno de harmonização e normalização internacional. A normalização contabilística, segundo Nabais *et. al* (2016), traduz-se no “conjunto de ações tendentes a criar uma organização contabilística uniforme, que começa na terminologia e na conceção de um plano de contas, prosseguindo na escolha de esquemas e regras de contabilização uniformemente adotadas e culminando na elaboração de modelos de demonstrações financeiras”. Já a harmonização contabilística, segundo Chand & Patel (2008), e “o processo de redução de regras contabilísticas diferentes por forma a melhorar a comparabilidade internacional das demonstrações financeiras”.

A globalização dos mercados financeiros levou a que os capitais fluíssem entre distintos países, os investidores e as empresas investem ou procuram financiamento onde quer que consigam melhores condições, mesmo além-fronteiras. (Antunes, 2008). Ao longo dos últimos tempos tem-se assistido ao crescimento a um ritmo acelerado da dimensão internacional dos negócios, e a um estonteante processo de globalização da economia. Este fenómeno da globalização foi principalmente impulsionado pela necessidade das grandes

empresas aumentarem as suas vendas, conquistarem novos mercados geográficos e obterem novas formas de financiamento (Doupnik, 2007).

Na harmonização de âmbito mundial e de carácter profissional destaca-se o trabalho desenvolvido pelo *International Accounting Standards Committee* (IASC), passando em análise as diferentes posturas face às suas normas, com especial referência para a adotada pela Europa. Tudo isto com o objetivo específico de manifestar a importância que este organismo adquiriu nos últimos anos, como normalizador mundial da informação financeira. As pressões exercidas pelas empresas multinacionais e pelas empresas de auditoria, no sentido de uma harmonização contabilística à escala internacional, conduziram à criação, em 1973, do IASC. Constituído por associações de profissionais de vários países.

De acordo com dados oficiais, a vinte e nove de junho de 1973, os órgãos reguladores dos sistemas contabilísticos de dez países (Estados Unidos, Reino Unido, França, Canadá, Austrália, Japão, Alemanha, Holanda, Irlanda e México), assim como dezasseis organismos profissionais destes países, acordaram constituir um órgão supranacional, que se designou por IASC (*International Accounting Standards Committee*), com o propósito de coordenar, mundialmente, a profissão contabilística e de elaborar normas de aplicação universal (IASB, 2014).

“A constituição do IASB parte assim da iniciativa desenvolvida por associações de profissionais de vários países, desenvolvendo um modelo de harmonização que se caracterizava por envolver essencialmente a profissão e não tanto os governos, estabelecendo normas de aceitação voluntária e definindo uma estrutura conceptual, onde predominam os princípios da substância sobre a forma e da divulgação da informação financeira. O objetivo primordial é o de proporcionar aos mercados financeiros informação verdadeira e apropriada, sendo preocupação fundamental auxiliar investidores e financiadores, nas decisões de cariz económico e financeiro”, como diz Amaral (p.7, 2001).

Consciente desta realidade vivida pela economia mundial, o IASB tem procurado apresentar, ao longo do tempo, um conjunto de normas e práticas contabilísticas, de aplicação internacional, que permitam aos utilizadores da informação financeira a leitura e interpretação deste tipo de informação, através de uma forma de apresentação da informação, também ela, global (Alves, Gabriel & Saraiva, 2015).

As normas do IASB ao visarem essencialmente a satisfação das necessidades dos acionistas, designadamente de informação relevante, oportuna e fiável, determinam uma considerável divulgação de informação adicional face às normas nacionais (Teixeira, 2010).

São apontados como objetivos do IASB os seguintes:

- Desenvolver, no interesse público, um conjunto de normas de relato financeiro de alta qualidade, ‘*Global Accounting Standards*’, orientadas para as Bolsas de Valores Mundiais e para outras entidades, que sejam úteis na tomada de decisões económicas;
- Promover o uso e a rigorosa aplicação das normas;
- Trabalhar ativamente com a Comissão de Normalização Contabilística dos vários países, *Accounting Standards Setting Bodies (ASSB)*, com vista à convergência da normalização contabilística.” (Albuquerque, Justino & Quirós, 2016)

Estas normas têm sido adaptadas à mudança da realidade económica e pretendem estar sempre ajustadas às alterações vividas, tornando-se assim numa referência mundial

A União Europeia adotou uma regulamentação que obriga a utilização das NIC para todas as empresas cotadas em bolsas de valores. Esta medida afetou em 2005 cerca de 7000 empresas cotadas nas bolsas de valores europeias, (Antunes, 2008).

O objetivo principal da harmonização é o de satisfazer as necessidades dos utilizadores e das empresas, porque as demonstrações financeiras das empresas devem ser comparáveis. Este objetivo é alcançado através da formulação de regras e normas internacionais que limitem as diferenças entre normas nacionais, sendo as próprias normas objeto de harmonização.

Habitualmente distinguem-se dois tipos de harmonização, como nos diz Nobes (2006): a harmonização material ou “de facto” – refere-se às práticas contabilísticas e a harmonização formal– refere-se às normas contabilísticas. Estes dois tipos de harmonização são habitualmente definidos como: harmonização material que se refere às práticas contabilísticas utilizadas por diferentes empresas e à procura de semelhanças consistentes entre essas práticas e harmonização formal que se refere às semelhanças e diferenças na regulamentação/legislação contabilística de diferentes países (Sodestrom & Sun 2007).

Assim, a partir do momento em que esta necessidade de desenvolvimento da harmonização contabilística é identificada e assumida como indispensável para o aumento da comparabilidade da informação financeira, surge a questão relacionada com a escolha ou

seleção de um organismo associado à emissão das normas contabilísticas, que fosse de aceitação e adoção generalizada por todas as empresas e organizações.

Por tudo isto, o número de interessados numa efetiva harmonização contabilística internacional é cada vez maior, sendo de destacar o International Accounting Standards Committee (IASC), as empresas multinacionais, as instituições financeiras de grande dimensão e outras organizações intergovernamentais como sejam a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), a Organização das Nações Unidas (ONU) e a União Europeia (UE).

Para Nobes (2006) os principais benefícios da harmonização contabilística são: a diminuição de custos de recolha de informação; aumento da comparabilidade da informação financeira; a simplificação das operações financeiras; o aumento da vantagem competitiva das empresas; a diminuição dos custos de auditoria; o aumento da eficiência e um maior desenvolvimento dos mercados de capitais.

A conclusão a que se chega é que na generalidade dos casos a informação de natureza contabilística produzida, de acordo com os modelos mais próximos do IASB, se mostra de qualidade superior, relativamente à informação produzida de acordo com normativos mais distantes.

1.1.2 Harmonização Contabilística na União Europeia

Segundo Nobes (1996a) uma das finalidades da União Europeia é a promoção de uma união económica através da convergência progressiva das leis dos diferentes Estados Membros. Na medida em que a harmonização das práticas de elaboração financeira se torna um elemento necessário para alcançar esse objetivo, a União Europeia (UE) tem vindo a manifestar, uma clara intenção harmonizadora no que respeita às matérias contabilísticas.

A partir do século XX, a UE procurou harmonizar a prestação e elaboração da informação financeira nos estados-membros e, para tal, tentou atingir esse objetivo em várias etapas, a primeira (1970-1995) através da utilização de diversos instrumentos de harmonização como as Diretivas com a incidência na área da contabilidade e a segunda (1995-2000) marcada pela paragem no processo de harmonização contabilística. E, finalmente, uma terceira etapa (após 2000) caracterizada pela era dos “regulamentos”. A primeira etapa caracteriza-se, pela produção de Diretivas, por parte da União Europeia no

âmbito da lei das sociedades comerciais. As Diretivas eram posteriormente transpostas para o direito interno de cada Estado Membro, sendo estes últimos obrigados a dar-lhes cumprimento depois deste processo (Amaral, 2001).

Como nos diz, A União Europeia baseava-se essencialmente nas seguintes diretivas:

- Quarta Diretiva 78/660/CEE do Conselho, de 25 de julho de 1978. Esta diretiva contou com a forte influência da Alemanha e da França. E dá ênfase à estrutura das demonstrações financeiras, estabelecendo padrões e critérios de contabilidade quanto: à apresentação do Balanço para a divulgação. Regula as apresentações de contas individuais, com o objetivo de coordenar a estrutura e o conteúdo das contas anuais e o relatório de gestão, os métodos de valorimetria e divulgação dos documentos (Grizonic, 2008).
- Sétima Diretiva 83/349/CEE do Conselho, de 13 de julho de 1983. O objetivo dessa Diretiva estava direcionado à evidência e comparabilidade das demonstrações contabilísticas das empresas sedeadas nos países membros da Comunidade Europeias. (Grizonic, 2008).
- Oitava diretiva 9/1072/CEE do Conselho, de 6 de dezembro de 1979. Esta Diretiva é relativa às habilitações das pessoas encarregadas pela auditoria legal das contas anuais, na qual se delimita a atividade da auditoria e os requisitos a cumprir pelas pessoas e sociedades que exercem tal atividade. (Grizonic, 2008).

Porém, estas três Diretivas definiram tratamentos iguais na estrutura, no conteúdo e no estabelecimento dos conjuntos anuais de demonstrações e na apresentação de relatórios de gestões. Na Europa, os países adotam em comum essas Diretivas com raras diferenciações, apenas variando em alguns casos a denominação que a elas estão inseridas nos planos contabilísticos seguidos por diversos países (Saraiva, Alves & Gabriel, 2014).

O processo de aprovação, e posterior implementação das Diretivas na legislação nacional de cada EM, era um processo muito lento. Outras restrições à sua eficácia relacionam-se com o facto de se utilizarem conceitos imprecisos, haver falta de regulamentação sobre algumas questões, e uma vez aprovadas as Diretivas, o processo se

tornar inflexível, pelo que muito dificilmente estas acompanhariam as alterações na envolvente económica e social (Amaral, 2001).

A segunda etapa caracteriza-se pela paragem no processo de harmonização contabilística, dando lugar a uma reflexão sobre o grau de comparabilidade efetivamente alcançado com a emissão das diretivas. Neste contexto foi organizado, em janeiro de 1990, pela UE, uma conferência onde nasceu o Fórum Consultivo, cuja função seria atuar como ordem consultor da UE, em matéria contabilística, especificamente para analisar o conteúdo das diretivas e identificar quais as questões contabilísticas que estas deveriam concluir, assim como assessorar um comité de contacto. Nesta conferência deu-se o primeiro contacto entre a UE e a IASB, com o objetivo de estabelecer um conjunto de normas suscetíveis de serem aceites nos mercados de capitais a nível mundial (Saraiva *et al.*, 2014)

Esta etapa caracteriza-se pela existência de um compromisso tático entre os EM, no sentido de analisar possíveis soluções contabilísticas, de práticas não reconhecidas nas diretivas e que melhorariam o grau de comparabilidade da informação. Trata-se do reconhecimento da fraqueza do processo de harmonização europeu, admitindo-se que a solução deverá ter em conta o desenvolvimento conseguido a nível internacional (Amaral, 2001).

A terceira etapa, relaciona-se com o relançamento do processo harmonizador, através de Comunicações, tendo lugar a partir de 1995, com a referida nova estratégia “Harmonização Contabilística: uma nova estratégia na direção da harmonização internacional”, que consiste em compatibilizar, para as contas consolidadas, as normas comunitárias e as normas de cada país, em particular, com as normas internacionais de contabilidade. Ou seja, em tomar como base de referência as soluções do IASB, com vista a assegurar que, deste modo, as demonstrações financeiras emitidas por empresas da União Europeia sejam comparáveis e possam ser aceites, sem modificações, em outras áreas ou países (Saraiva *et al.*, 2014)

A UE decidiu retomar a sua política de harmonização contabilística utilizando como instrumento a comunicação, que carecendo de carácter vinculativo serve essencialmente para a UE tornar pública a sua opinião sobre determinado assunto e quais as iniciativas que pretende tomar a esse respeito.

Os objetivos e a importância da utilização das IAS/IFRS na UE prendiam-se com diversos fatores, entre os quais se destacam o aumento da transparência e comparabilidade das informações financeiras a nível internacional, a melhoria do funcionamento do mercado de capitais, o reforço da liberdade de circulação de capitais no mercado da UE, a proteção dos interesses dos investidores, por forma a aumentar a confiança nos mercados financeiros, a melhoria da qualidade da informação financeira prestada, assim como o facto de a uniformização permitir menores custos com a emissão de capital.

Desta forma, é emitido em julho de 2002, pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho, o Regulamento, relativo à aplicação das normas, tendo sido exigido, que as DF Consolidadas das sociedades localizadas na UE, cujos títulos fossem negociados publicamente, em relação a cada exercício financeiro, elaborassem as suas Demonstrações Financeiras Consolidadas em conformidade com as IAS/IFRS.

2. Informação Financeira

2.1 Conceito de Informação

A capacidade de processar informações e transmiti-las entre os seus semelhantes é o que distingue o homem dos outros seres habitantes da Terra. O conceito de informação apresenta uma diversidade de significados, tornando-se num termo complexo, de inúmeras asserções. A ciência da informação contém conteúdos e temas de interesse geral para diversas áreas e temáticas do conhecimento humano (Messias, 2005).

No entanto, podemos descrever a informação como sendo um conjunto de dados (quantitativos ou qualitativos), que podem ser processados, organizados e transformados e, por conseguinte, se tornam em informação (Fernandes, 2019).

À medida que diversos “fios” de informação se vão conectando, vai nascendo o conhecimento. A partir de todos os tipos de conhecimento formam-se os mais variados campos da ciência. Num mundo tão vasto de informação, com tantas áreas de conhecimento, é humanamente impossível ser-se detentor de todo o conhecimento, daí a existência de especialistas nas mais diversas áreas, que dedicam a sua vida ao estudo (Fernandes, 2019).

A era em que vivemos atualmente é a era da informação, onde esta se pode tornar numa arma ou poder. Mediante as necessidades, o contexto em que é produzida e partilhada é determinado o valor desta, isto é, um tipo de informação pode ser altamente relevante para uma entidade ou indivíduo, mas ser totalmente irrelevante para o outro (Fernandes, 2019). Este conceito é um conceito que tem sido alvo de bastantes estudos e investigações, nas mais diversas áreas. De maneira que se defende que há pelo menos dois polos de informação, a objetiva e a subjetiva, a objetiva que subentende que a informação existe fisicamente, enquanto que a subjetiva existe como conhecimento cognitivo de um indivíduo (Rosa, 2013).

O processo de obtenção e criação de informação passa por diversas fases. A primeira prende-se com a recolha de dados, tendo por base que estes por si só, e utilizados em bruto não têm qualquer valor. Após a transformação e agregação destes dados resulta a informação, de forma a constituir uma ideia que sirva de conhecimento para os utilizadores da informação (Fernandes, 2019).

Sendo este, um trabalho na área financeira/contabilística, será posteriormente detalhada a informação contabilística, sendo esta compreendida entre informação financeira e não financeira.

Uma boa comunicação entre todos os patamares hierárquicos da pirâmide organizacional é fulcral para o excelente funcionamento de uma entidade. A informação

deve fluir de forma ascendente e decendente, isto é, desde o conselho de administração até à classe operacional, onde deverão ser transmitidas e comunicadas todas as políticas, conselhos, estratégias a adotar e principalmente os objetivos, assim como, é de igual modo importante que a informação flua desde a classe operacional até ao Conselho de Administração, visto que muitas vezes o problema se inicia nesta classe, seja na produção de um produto ou na prestação de um serviço.

Fernandes, (2019) afirma que na base do sucesso de qualquer entidade, está uma informação útil e organizada, existindo uma multiplicidade de ações que devem ser comunicadas aos *stakeholders*. Podemos ver então na tabela 3 síntese dos vários tipos e instrumentos de divulgação de informação:

Tabela 3- Documentos e outros Instrumentos de Informação

Tipo de informação		Documento ou outro instrumento de comunicação empresarial
Escrita	Financeira	• Documentos contabilísticos de prestação de contas (balanço, demonstração dos resultados, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração de alterações ao capital próprio e anexo)
		• Relatório de gestão
		• Balanço social
		• Página web
		• Relato integrado
		• Redes sociais
		• Correio eletrónico
		• Atas, memorandos, circulares, boletins informativos, brochuras, cartazes
		• Índices e indicadores sociais e ambientais
		• <i>Balanced scorecard</i>
	Não financeira	• <i>Sustainability balance scorecard</i>
		• Relatório de responsabilidade social
		• Relatório de responsabilidade social
		• Relatório de sustentabilidade
		• Manual de acolhimento
		• Código de ética e código de conduta
		• Atas, memorandos, circulares, boletins informativos, brochuras, cartazes
		• Página web
		• Redes sociais
		• Correio eletrónico
Não escrita	Financeira	• Gráficos e esquemas
		• Gestos e expressões faciais
		• Rádio e televisão
	Não financeira	• Símbolos em rótulos de produtos (sociais e ecológicos)
		• Gestos e expressões faciais
		• Rádio e televisão

Fonte: Faria (2017) pág. 539.

Cada um destes tipos de informação apresenta vantagens e desvantagens, uns podem ser mais dispendiosos que outros na sua realização; outros podem ser mais facilmente compreensíveis; enquanto que outros podem mostrar-se mais completos.

2.2 Utilizadores da Informação

Segundo o *Government Accounting Standards Board* (GASB, 1999), seja o utente da informação financeira uma empresa ou uma entidade pública, o objetivo desta nunca se altera.

No âmbito empresarial, subjacente à necessidade de tomar decisões encontra-se a necessidade do acesso à informação, seja esta útil e oportuna, de modo a que consiga responder às necessidades da empresa e consiga reduzir ao máximo o nível de incerteza relativamente às decisões a tomar (Fernandes, 2019).

O SNC na sua EC refere no parágrafo 1 que “as demonstrações financeiras preparadas com o propósito de proporcionar informação que seja útil na tomada de decisão económicas devem responder às necessidades comuns da maior parte dos utentes”.

“Se a contabilidade deve ser útil para os utilizadores, então é necessário encontra-los e identificar o uso que estes dão à informação (Laureano & Pontes 2014, p.5).

NA EC do *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como no SNC, são identificados como principais utilizadores das demonstrações financeiras os investidores, os fornecedores e outros credores comerciais, os empregados, os clientes, o governo e o público.

A EC do SNC, no parágrafo 9 descreve os utilizadores da informação financeira. Estes são todos os interessados de uma entidade, quer sejam internos ou externos à mesma, que necessitam de informação para as suas tomadas de decisão económicas, tal como: (Martins, 2011)

- ✓ Decidir quando comprar, deter ou vender um investimento em capital próprio;
- ✓ Avaliar o zelo ou a responsabilidade do órgão de gestão;
- ✓ Avaliar a capacidade de a entidade pagar e proporcionar outros benefícios aos seus empregados;
- ✓ Avaliar a segurança das quantias emprestadas à entidade;
- ✓ Determinar as políticas fiscais;
- ✓ Determinar os lucros e dividendos distribuíveis;
- ✓ Preparar e usar as estatísticas sobre o rendimento nacional;
- ✓ Regular as atividades das entidades.

Na tabela 4, apresentamos os principais utilizadores da informação financeira:

Tabela 4- Utentes da Informação Financeira

<p>Investidores: Os fornecedores de capital de risco e respetivos consultores encontram-se ligados inerentemente ao risco e ao retorno proporcionado pelos seus investimentos, necessitam assim da informação para os ajudar na sua tomada de decisão. Os acionistas são também parte interessada, na medida em que essa informação os ajudará a determinar a capacidade da entidade em distribuir dividendos.</p>
<p>Empregados: Este grupo de utentes está interessado no tipo de informação que informa acerca da estabilidade e lucratividade da empresa, de modo a perceber se se encontra capaz de proporcionar remunerações, benefícios de reforma e oportunidades de emprego</p>
<p>Mutuantas: Os mutuantes estão interessados na informação que lhes permita perceber se os seus empréstimos e respetivos juros serão pagos, aquando do seu vencimento.</p>
<p>Fornecedores e outros credores comerciais: Os fornecedores e outros credores têm interesse em informação que lhes permita saber se as quantias em dívidas serão recebidas no vencimento.</p>
<p>Clientes: Os clientes estarão interessados acerca da continuação da entidade, especialmente quando existem relação comerciais a prazo.</p>
<p>Governo e seus departamentos: O Governos e respetivos departamentos estão interessados na afetação de recursos, e respetivamente nas atividades da entidade. Exigem igualmente informação com o objetivo de regularem certas atividades, determinarem as políticas de tributação e terem como base para estatísticas do rendimento nacional.</p>
<p>Público: A informação fornecida pelas entidades pode dar uma contribuição substancial à economia local, p.e, indicando o número de pessoas que empregam, patrocinando o comércio dos fornecedores locais. As demonstrações financeiras podem informar o público acerca das tendências e desenvolvimentos recentes na prosperidade da entidade.</p>

Fonte: Estrutura Conceptual do SNC (parágrafo 9)

Podemos distinguir dentro do grupo dos utilizadores, os internos e externos. Os utilizadores internos são aqueles que têm acesso ilimitado à informação e o controlo do sistema de informação, os utilizadores externos são aqueles que têm o acesso limitado à obtenção dessa informação, não tendo capacidade de estabelecer critérios na elaboração das demonstrações financeiras realizadas pela empresa (Rosa, 2013).

Tal como refere o parágrafo 11 da EC, o órgão de gestão tem como responsabilidade principal a preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Apesar do gestor não

estar incluído na lista do parágrafo 9 da EC, este necessita da informação que as DF's lhe dão, acerca do desempenho e posição financeira, que lhe permitam assumir as suas responsabilidades no processo de tomada de decisão (Aviso nº 15652/2009, p.36228).

2.3 Informação Financeira

Em cada dia que vivemos, temos de fazer face a novos desafios, resultando em novas escolhas e opções. Expressões como “informação é poder” e que “a informação é o ativo mais valioso numa organização” fazem parte da sabedoria popular.

A informação que pretendemos obter neste meio, ultrapassa muito a informação vulgar do quotidiano. Nestas circunstâncias é fácil entender que a informação assume outra dimensão e terá de ser de cariz financeiro e económico, sendo a maior parte adquirida através dos registos contabilísticos (Feliciano, 2015).

A informação financeira, dados os seus atributos, é bastante útil para uma diversidade muito grande de utilizadores quando se fala na tomada de decisão. Neste sentido, deve estar disponível para dar resposta às necessidades dos seus utilizadores (Lungu, 2013). Face ao nível de risco envolvido nas operações empresariais, facilmente se percebe que tal informação tem de ser credível (Feliciano, 2015).

A IPSAS 1 do IPSASB refere que o principal objetivo da informação financeira é o de proporcionar informação relevante sobre o desempenho, posição financeira e fluxos de caixa de uma entidade, sendo esta útil para um leque de utilizadores (IPSAS 1,2001:§13).

É fundamental que esta informação obedeça a um conjunto de requisitos qualitativos, de modo a torná-la uma informação fiável, sendo estes requisitos a compreensibilidade, a relevância, a fiabilidade e a comparabilidade, sob pena de esta ficar comprometida, caso não cumpra (Lungu, 2013). A validade dessa informação depende da credibilidade da fonte (Pinheiro e Lopes, 2012 referenciado por Feliciano, 2015) e da capacidade para verificar a sua exatidão.

Face ao nível de risco envolvido nas operações empresariais, facilmente se percebe que tal informação tem de ser credível (Feliciano, 2015).

Mas rapidamente se percebe que nem toda a informação se pode considerar útil, visto que para esta ser útil tem de atender às necessidades dos seus utilizadores, devendo para tal ser oportuna e adequada, de forma a reduzir o grau de incerteza no processo de tomada de decisão (Rosa, 2013). O IPCG, no seu código de governo das sociedades 2018, criou um capítulo próprio para esta temática, na qual refere que o órgão de fiscalização deve estar

intrinsecamente ligado à informação financeira, de modo que possa fiscalizar de forma independente toda a informação financeira (IPCG, 2018)

Wang e Ahammad (2012) consideram que a informação financeira serve para avaliar o desempenho das empresas, seja através do balanço, da demonstração dos resultados ou até mesmo através dos rácios. A qualidade da informação financeira é um ponto importante no processo de tomada de decisão, não existindo, no entanto, uma definição clara do que é qualidade da informação contabilística, se é que tal poderia existir (Pinheiro e Lopes, 2012).

A verificação da importância da informação financeira para a tomada de decisão tem sido objeto de diversos estudos nos últimos anos, no entanto, os focos desses estudos têm sido bastante distintos.

Independentemente da decisão a tomar, o que se pretende com todo o processo de recolha da informação é uma informação oportuna, relevante e fiável para se poder decidir.

“A eficiência e eficácia do mercado de capitais estão intimamente relacionadas com credibilidade da informação financeira apresentada nesse mercado. Quanto maior a qualidade da informação financeira apresentada pelos intervenientes no mercado maior a sua eficiência”. (Góis, 2013a, p. 58).

2.4 A utilidade da informação financeira

No relacionamento da empresa com o meio exterior, as demonstrações financeiras, são importantes, por exemplo, para as instituições bancárias, nos pedidos de financiamentos e para os respetivos investidores, Carrapiço (2009), referido por Santos (2014).

No que respeita à importância do papel da informação financeira, os estudos anteriormente realizados sobre o processo como os gestores/utilizadores adquirem essa informação permite-nos retirar duas ilações. A primeira é a necessidade de aquisição da informação, que está diretamente relacionada com as tarefas a desempenhar, originadas por problemas correntes, do quotidiano de uma entidade. A segunda, é que os gestores optam preferencialmente por fontes pessoais e procuram adquirir uma estrutura de informação com as suas fontes de confiança, dando preferência à comunicação verbal (Choo, 1993, referenciado por Alves, 2007).

A utilidade da informação financeira terá como base a utilização dada pelos seus utentes, notando que no caso das microentidades, estes são as instituições bancárias, o Estado e o gestor, que maioritariamente é o proprietário. De modo a avaliar a rentabilidade, segurança e liquidez num financiamento a efetuar, a Banca utiliza essa informação. Os

proprietários, na sua medida, utilizam relatórios financeiros para variadas funções, p.e, determinar prémios de remuneração a distribuir e pagamentos de dividendos, para monitorar o desempenho, para financiamentos futuros e ainda como forma de minimizar as suas obrigações fiscais. As autoridades fiscais também são beneficiárias principais das contas das PME e utilizam as suas demonstrações financeiras para determinar o lucro bruto, avaliar honorários de administradores e observar as disposições fiscais (IFAC, 2006).

A maioria dos gestores das pequenas empresas possuem poucos conhecimentos acerca da contabilidade e dos seus benefícios (Turner, 1997 referenciado por Serrasqueiro e Nunes, 2004) havendo, por isso, a tendência de utilizar no processo de tomada de decisão, a experiência e a intuição, descurando erradamente a informação contabilística (Serrasqueiro *et.al*, 2004).

Torna-se, portanto, fundamental perceber em que medida a informação financeira responde e corresponde às necessidades dos seus destinatários/utilizadores. A questão que se impõe será analisar a utilidade da informação nas decisões da gestão, de que forma e de que modo a informação gerada é útil e proveitosa para os gestores na tomada de decisão. Sabemos que existe um desfazamento temporal entre a data da elaboração dos factos patrimoniais e a contabilização desses factos, e para que a informação sustente as decisões tomadas, esta deverá ser feita em tempo útil e oportuno (Serrasqueiro et al. 2004).

Existem alguns (poucos ainda) estudos realizados, no intuito de verificar qual a importância dada pelos gestores à informação financeira, e de que modo esta informação serve para a tomada de decisão. Serrasqueiro et al. (2004 p. 8) afirmam que “segundo vários estudos a causa principal da falência das empresas tem a sua origem na deficiente utilização da informação contabilística”, devendo assim o empresário/gestor da empresa ser alertado para os benefícios da utilização dessa informação (Serrasqueiro et al, 2004).

2.5 Demonstrações Financeiras

Segundo afirma Encarnação (2009), o normativo contabilístico nacional atual, o SNC, estabelece os modelos obrigatórios para a elaboração do balanço e da demonstração dos resultados, as informações a divulgar em notas anexas.

Paralelamente, a esta informação consta na:

- IAS 1 (Apresentação das demonstrações financeiras);

- Norma Contabilística de Relato Financeiro (NCRF) n.º 1 do novo Sistema de Normalização Contabilística (SNC) sobre a estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras;
- Portaria n.º 986/2009. D.R. n.º 173, Série I de 2009-09-07 que aprova os modelos de demonstrações financeiras (SNC); e
- Aviso n.º 15654/2009. D.R. n.º 173, Série II de 2009-09-07, que contempla a norma contabilística e de relato financeiro para pequenas entidades (SNC). (Encarnação, 2009).

A tomada de decisões no âmbito das empresas é uma tarefa complexa que necessita ser orientada por informações confiáveis, úteis e tempestivas. A contabilidade pode, através das demonstrações financeiras e da aplicação das técnicas de análise, proporcionar tais informações que coadjuvam na busca pelo incremento da eficiência e competitividade das empresas. (Silva & Souza, 2011).

As demonstrações financeiras são o produto final da contabilidade, utilizadas para informar os utilizadores acerca da situação económico-financeira da empresa e promover aos mais diversos utentes internos ou externos todo o tipo de informação que servirá de base para a tomada de decisão (Silva *et.al* 2011). Estas apresentam informações que se demonstram as operações e a situação da entidade, num espaço de tempo, que quando analisadas permitem detetar quais são os pontos fortes e fracos apresentados nas suas atividades operacionais e não operacionais, bem como as suas potencialidades, coadjuvando assim na tomada de decisão (Silva *et.al* 2011).

Yanamoto (2008) considera que se as demonstrações financeiras forem eficazes na apresentação da informação financeira, certamente que irão promover a vasta utilização dessa informação pelos utilizadores. O grau de utilização da informação financeira surge paralelo ao grau de utilidade atribuídos às demonstrações financeiras.

Segundo o artigo nº 65 do CSC, as demonstrações financeiras devem ser apresentadas e sujeitas a apreciação do conselho de administração/gerência, no caso de empresas que não consolidem nem apliquem o MEP, “no prazo de três meses a contar da data de encerramento de exercício anual”.

Citando o ponto nº 2.1.5 do anexo ao Decreto-Lei nº 158/2009 (2009:4381), “as demonstrações financeiras devem apresentar apropriadamente a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa de uma entidade. A apresentação apropriada exige a representação fidedigna dos efeitos das transações, outros acontecimentos e condições de acordo com as definições e critérios de reconhecimento para ativos, passivos,

rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura conceptual. Presume-se que a aplicação das NCRF, com divulgação adicional quando necessária, resulta em demonstrações financeiras que alcançam uma apresentação apropriada.”

De acordo com o parágrafo 8 da EC, um conjunto completo de demonstrações financeiros, “inclui normalmente um balanço, uma demonstração dos resultados, uma demonstração das alterações na posição financeira e uma demonstração de fluxos de caixa, bem como as notas e outras demonstrações e material explicativo que constituem parte integrante das demonstrações financeiras. Elas podem também incluir mapas suplementares e informação baseada em tais demonstrações ou derivada delas, e que se espera que seja lida juntamente com elas”.

Ainda assim, conforme diz Santos (2014), referenciando o artigo nº 11 do Decreto-Lei nº158/2009, este indica quais são as demonstrações financeiras obrigatórias para as entidades sujeitas ao SNC, afirmando que o anexo é uma demonstração financeira obrigatória. Esta demonstração financeira ganhou maior importância visto que se trata de um auxílio à compreensão dos saldos evidenciados nas restantes demonstrações financeiras, permitindo uma análise mais eficaz aos valores apresentados.

Tratando-se de um conjunto completo, as demonstrações financeiras não devem ser analisadas individualmente, tal como nos diz o parágrafo 20 da EC apesar “de cada demonstração proporcione informação distinta das outras, é provável que nenhuma só por si sirva um propósito único ou proporcione toda a informação que satisfaça as necessidades particulares dos utentes”.

A estrutura normativa contabilística tem cinco níveis de aplicação: as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF) adotadas pela UE, desde 2005, obrigatórias para as empresas cotadas em bolsa, as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) para empresas não cotadas em bolsa e cujas suas contas não se dirigem a mercados regulamentados, as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE), as Normas Contabilísticas para Micro Entidades (NC-ME) e as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) (Pereira, 2016).

Ao longo dos tempos, a informação de relato financeiro tem assumido uma importância cada vez maior, refletindo-se na influência exercida na tomada de decisão de gestão, no posicionamento da entidade no mercado e na credibilidade junto das entidades credoras. De acordo com Grosu (2009) é de extrema importância a apresentação das

demonstrações financeiras que permitam aos seus destinatários uma leitura da estrutura da situação financeira, do desempenho e das alterações na posição financeira.

No que concerne à situação financeira, a informação apresentada deverá refletir (i) os recursos económicos que se encontram sob o poder da empresa e perecíveis de utilização; (ii) da capacidade da empresa em gerar benefícios económicos futuros; (iii) da distribuição de lucros futuros, dos fluxos de caixa, da liquidez e solvabilidade da empresa; (iv) da capacidade de adaptação ao meio envolvente (Encarnação, 2009). As informações sobre o desempenho acompanham a avaliação das eventuais alterações dos recursos económicos no futuro e a formulação de hipóteses sobre a eficiência da utilização dos novos recursos e ainda, a informação sobre a alteração da posição financeira, que deve ter em consideração as atividades de exploração, financiamento e investimentos. Este tipo de informação destina-se principalmente aos detentores de capital, potenciais investidores, gestores da entidade, funcionários, Estado e respetivas instituições (Encarnação, 2009).

Todavia estas demonstrações financeiras, sendo elaboradas pelos Contabilistas Certificados (CC) e, assinadas pelos órgãos de gestão necessitam de certificação legal por parte dos Revisores Oficiais de Contas (ROC) por forma a rever as demonstrações financeiras, dando ordem à CLC. Assim sendo, na contabilidade a execução das demonstrações financeiras é competência do CC, enquanto que a revisão das mesmas é competência do ROC. No fundo, tanto o CC como o ROC, cooperam para que se crie uma imagem clara e oportuna da empresa com a qual colaboram, desenvolvendo então as atividades necessárias para informar os órgãos de gestão e os *stakeholders*. (Pereira, 2016).

2.6 Características das Demonstrações Financeiras

A contabilidade é o suporte da informação financeira da empresa, devendo e tendo por norma, o fornecimento da informação para os mais diversos utilizadores, competindo a esta satisfazer as necessidades dos seus utilizadores (Feliciano, 2015). A contabilidade tem vindo a evoluir bastante, enquanto fonte de informação, tornando-se assim cada vez mais eficiente no apoio ao gestor na tomada de decisão (Santos, *et al*, 2015).

A informação obtida através da contabilidade tem como objetivo proporcionar elementos sobre a posição financeira de uma entidade, bem como os resultados das operações e para que a contabilidade possa corresponder às expectativas dos seus utilizadores deverá ter por base determinadas características que, de acordo com a EC do SNC, aprovada através do Aviso nº 15652/2009 de 7 de setembro se podem dividir entre características principais e outras características associadas. As principais características

qualitativas consideradas nos parágrafos 24 a 42 da EC são a compreensibilidade, a relevância, a fiabilidade e a comparabilidade. Conforme mostra a tabela 5:

Tabela 5: Características qualitativas da informação financeira

Características Principais	Outras Características
Compreensibilidade: presume-se que os utilizadores possuam um razoável conhecimento das atividades empresariais e económicas e da contabilidade.	
Relevância: a informação é relevante quando influencia as decisões económicas dos utilizadores.	Materialidade: a informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciar as decisões económicas dos utilizadores.
Fiabilidade: a informação tem que ser isenta de erros materiais e de preconceitos.	Substância sobre a forma: as transações e outros acontecimentos têm que ser contabilizados e apresentados de acordo com a sua substância e realidade económica e não meramente com a sua forma legal
	Neutralidade: a informação tem que ser livre de preconceitos, não tem que ter um resultado ou efeito predeterminado.
Prudência: é a inclusão de um grau de precaução no exercício dos juízos necessários ao fazer as estimativas necessárias em condições de incerteza, de forma que os ativos e/ou rendimentos não sejam sobreavaliados e os passivos e/ou gastos não sejam subavaliados.	
Plenitude: a informação deve ser completa dentro dos limites de materialidade e de custo.	
Comparabilidade: os utilizadores devem conseguir comparar as informações da entidade ao longo do tempo e até com outras entidades,	

a fim de poderem medir o desempenho e as alterações na posição financeira. No entanto, não é apropriado que uma entidade não altere as suas políticas contabilísticas, por causa da comparabilidade, deverá fazê-lo se existirem alternativas mais relevantes e fiáveis.

Fonte: Adaptado do Aviso n.º 15652/2009 de 7 de setembro.

No entanto, um tipo de informação poderá ter mais características que outro tipo, não sendo possível muitas vezes satisfazer todas as características que a informação deverá possuir. No processo de elaboração da informação financeira o preparador (contabilista certificado) deve ter em conta quer as características qualitativas quer as limitações à informação relevante e fiável, pelo que os parágrafos 43 a 45 da EC indicam como constrangimentos a essa informação, a tempestividade, o balanceamento entre o benefício e custo e entre características qualitativas (Santos, 2014).

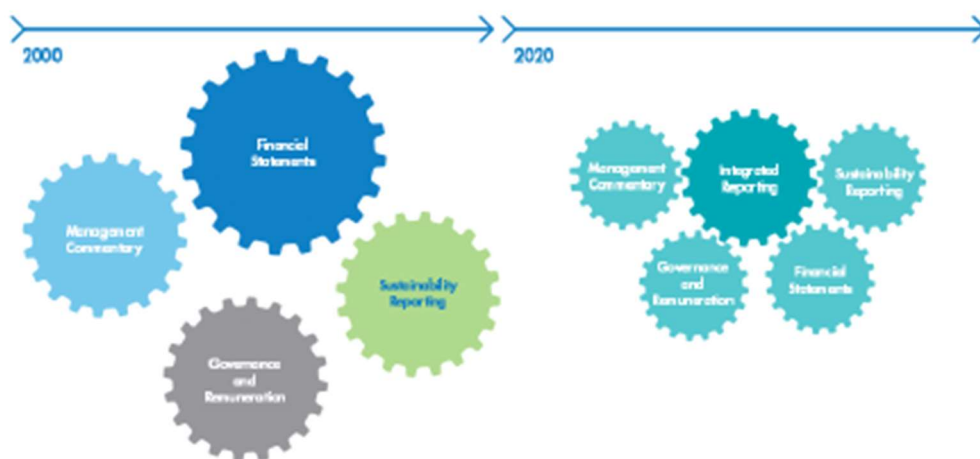
A tempestividade está relacionada com o atraso na divulgação financeira que pode originar perda de relevância. Assim o preparador deve ponderar entre a tempestividade e as características da relevância e fiabilidade, visto que um relato demorado pode perder a respetiva relevância e utilidade (Santos, 2014).

3.7 Relato Financeiro

O relato empresarial é de extrema importância para os *stakeholders*, visto ser o meio através do qual as empresas difundem informação sobre a sua situação e desempenho. O relato empresarial consiste principalmente na divulgação de informações financeiras, obrigatórias, grandemente criticadas por se concentrarem demasiado no passado e não terem em consideração perspectivas futuras nem informações não financeiras voluntárias (Leocádio, 2017).

“A importância do relato financeiro tem vindo a ser reconhecida por inúmeras organizações internacionais. Entre elas destacam-se a Organização das Nações Unidas, com o seu Pacto Global, e a *Global Reporting Initiative* (GRI), com as diretrizes para as elaborações dos relatórios de sustentabilidade” (Leocádio, 2017, p.2).

Figura 1 – Evolução do relato empresarial



Fonte: IIRC (2011, pp. 6-7)

O IIRC (2011) alega que os relatos empresariais estão desatualizados, muito por culpa da evolução ocorrida nas empresas, nomeadamente na forma como fazem os respetivos negócios; nesse sentido, defende que forma de divulgação de informação precisa de evoluir e para isso criou uma *framework* que seja mais capaz de acomodar a complexidade e, ao fazê-lo, reúne os diferentes padrões de relatórios.

Com o passar dos anos, o relato empresarial, particularmente o relato financeiro, tem sofridos inúmeras alterações, devido a pressões de carácter social, político e económico-financeiro. A informação divulgada pelo relato financeiro é maioritariamente contabilística e direcionada para a informação de natureza monetária (Leocádio, 2017).

Segundo Adams (2015a) alguns investidores apresentam algumas lacunas ao relato financeiro (apesar de este ser imperativamente a fonte primordial de difusão da informação) ao nível da divulgação da estratégia, riscos e desempenho futuro, falta a integração desses indicadores. O autor afirma ainda que outra limitação anunciada é a falta de informação não financeira, questão que irá ser abordada no capítulo seguinte.

3. Informação Não Financeira

“Encarar a responsabilidade social de uma perspetiva estratégica é cada vez mais importante para a competitividade das empresas pelos benefícios que pode acarretar em matéria de gestão dos riscos, redução dos custos, acesso ao capital, relações com os clientes, gestão dos recursos humanos e capacidade de inovação” (COM, 2011, p.4).

A Responsabilidade Social Empresarial (RSE) está em constante evolução, com relevância para a gestão no mundo empresarial, sendo de grande interesse a qualidade e a quantidade da informação divulgada sobre questões essencialmente sociais e ambientais, que influenciam o quotidiano de muitas pessoas e organizações. Atualmente, a mobilidade, o acesso à informação, o âmbito global de questões ambientais, de saúde e segurança no trabalho, a interdependência económica e financeira e as exigências crescentes dos diversos *stakeholders*, alteraram os fatores de sucesso empresarial, bem como a necessidade de procurar e demonstrar o crescimento económico, o progresso e a equidade social e o respeito pelo meio ambiente. Com a atual internacionalização dos negócios, estas questões estão cada vez mais interrelacionadas, com impacto na tomada de decisão dos investidores (Ribeiro, 2019).

Além do ambiente de mudança que caracteriza as organizações do mundo atual, as suas funções envolvem muito mais do que a criação de valor no imediato, através da produção de bens e serviços que a sociedade nos vai exigindo, o que, naturalmente, cria impactos positivos e negativos no mundo ao nível económico, social e ambiental, que diariamente são criados, preservados ou destruídos. Assim sendo, torna-se fundamental e essencial promover a adoção e valorização de práticas de responsabilidade social nas empresas (Leocádio, 2017).

Em 25 de setembro de 2015 em Nova Iorque, realizou-se a cimeira histórica das Nações Unidas sobre o desenvolvimento sustentável, em que 193 países de todo o mundo se comprometeram unanimemente a tentar alcançar os objetivos definidos, sendo aprovada formalmente a Agenda 2030: Transformar o nosso Mundo - Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável. Esta Agenda pressupõe que até ao ano de 2030 todos os países desenvolvam e cumpram políticas, medidas e ações, que visem erradicar a pobreza e alcançar um desenvolvimento sustentável em todo o mundo, garantindo que ninguém fica para trás (Comissão Europeia, 2016). Para um futuro europeu sustentável a UE reforça a contribuição de todas as partes interessadas, incluindo a sociedade civil e o setor privado, para a sua implementação.

A Agenda 2030 estabeleceu 17 objetivos de desenvolvimento sustentável, apresentados na tabela 6.

Tabela 6– Lista dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030

ODS 1	Erradicar a pobreza em todas as suas dimensões, em todos os lugares.
ODS 2	Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura.
ODS 3	Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.
ODS 4	Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.
ODS 5	Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas
ODS 6	Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos.
ODS 7	Garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e limpas para todos.
ODS 8	Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos
ODS 9	Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação
ODS 10	Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países.
ODS 11	Tornar as cidades e comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis.
ODS 12	Garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis.
ODS 13	Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos
ODS 14	Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.
ODS 15	Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e travar a perda de biodiversidade.
ODS 16	Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis.
ODS 17	Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Fonte: Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável Portugal (junho, 2017)

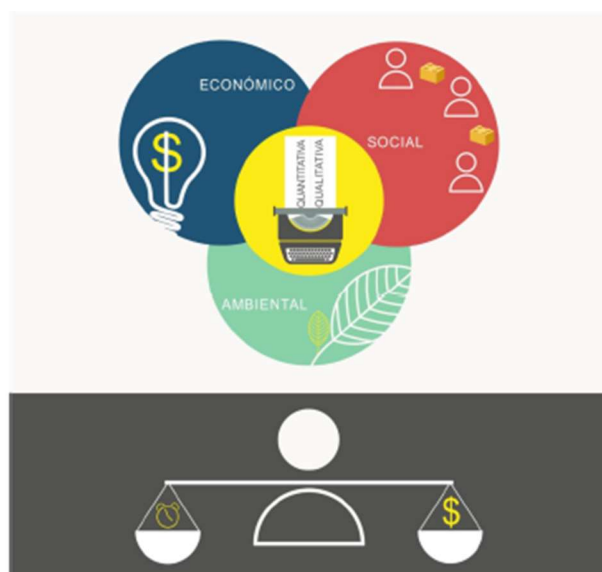
Estes 17 objetivos vieram substituir os 8 grandes Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (2000 - 2015), e apresentam um carácter de aplicação universal, para todos os países, sejam eles desenvolvidos ou emergentes. Na atual era de crescente globalização, as dimensões económica, social e ambiental estão reforçadas na Agenda 2030, que aborda a nível mundial um modelo que satisfaça as necessidades presentes sem comprometer as das gerações futuras. Na última década, tem sido crescente a divulgação de informação não financeira por parte das empresas, tendencialmente interligado com o interesse de todas as partes interessadas, por questões de RSE e Desenvolvimento Sustentável, e de que forma publicam essa mesma informação. (Ribeiro, 2019).

A RSE aparece então interligada à nova tendência de relato empresarial, o RI (Relatório Integrado), que tem como principal função, apresentar num mesmo único documento fatores do âmbito económico-financeiro, mas também, fatores de natureza social e ambiental. O RI torna-se assim numa ferramenta de eleição para uma maior vantagem estratégica sustentável (Ribeiro, 2019).

Na maioria dos casos, as entidades têm vindo a publicar os seus relatórios financeiros e relatórios de sustentabilidade em separado, visto ainda não ser conhecida esta ligação entre eles. Para uma maior criação de valor sustentável para as empresas, é de notar que existe uma necessidade acrescida de divulgação de informação financeira, mas também não financeira, e em Portugal ainda é pouco conhecida esta ligação estratégica. Esta forma de relato passou a ser obrigatória a partir do exercício de 2017 para entidades com determinadas características, que irão ser vistas mais à frente, com o objetivo de impulsionar e motivar as entidades a acompanhar a evolução global do relato (Ribeiro, 2019).

Conforme definido no Decreto-Lei n.º 89/2017 de 28 de julho, a responsabilidade social das empresas, demonstrada através da divulgação de informações não financeiras relativas às áreas sociais e ambientais, coopera decisivamente na análise do desempenho das empresas e do seu impacto na sociedade, para a identificação dos riscos de sustentabilidade das mesmas e para o reforço da confiança dos investidores e dos consumidores, conforme Figura 2.

Figura 2- Relação entre responsabilidade social e desempenho empresarial



Existe cada vez mais a necessidade de diversificar a informação prestada aos *stakeholders*, de modo a corresponder às suas expectativas, pelo que, atualmente muitas empresas divulgam informação/dados não financeiros através da integração nos relatórios de gestão (Ribeiro, 2019).

Para os investidores que apenas estão focados na rentabilidade de uma empresa, a informação financeira acaba por se tornar, por si só, insuficiente, havendo inerentemente uma necessidade acrescida de divulgar informação não financeira, de modo a conseguir uma maior compreensão do desempenho e valor da própria empresa (Leocádio, 2017).

A importância do relato financeiro tem vindo a ter cada vez mais reconhecimento, por inúmeras organizações internacionais. “Entre elas destacam-se a Organização das Nações Unidas, com o seu Pacto Global, e a *Global Reporting Initiative* (GRI), com as diretrizes para as elaborações dos relatórios de sustentabilidade. Mais recentemente, também a União Europeia orientou os seus esforços legislativos para o relato não financeiro, reconhecendo assim a sua importância. O decreto-lei 89/2017, de 28 de julho, transpõe para ordem jurídica interna a diretiva 2014/95/UE, de 22 de outubro, que altera a diretiva 2013/34/EU no que se refere à divulgação de informações não financeiras e de informações sobre a diversidade por parte de certas grandes empresas e grupos, é um marco importante no desenvolvimento do relato não financeiro.” (Leocádio, 2017, p.2). Esta diretiva tem como principal objetivo aumentar a transparência e o desempenho das empresas ao nível ambiental e social, considerando-se que contribui para o crescimento económico e do emprego a longo prazo (Leucádio, 2017).

A forma como as empresas divulgam e comunicam a sua informação, sobre as respetivas atividades e o impacto destas está em constante mudança, e a evoluir no sentido de ser capaz de corresponder mais acertadamente às expectativas e postulações dos *stakeholders*.

3.1 Responsabilidade Social

A necessidade de as organizações públicas e privadas comportarem-se de forma socialmente responsável está a tornar-se, cada vez mais, uma exigência da sociedade, tanto a nível nacional como Europeu. Portanto, nesta secção iremos abordar as principais ideias de modo a conseguir entender o que é a Responsabilidade Social.

3.1.1 Conceito de Responsabilidade Social Empresarial

A Responsabilidade Social Empresarial transformou-se numa área de crescente interesse para o mundo empresarial e para a comunidade académica. A RSE é um conceito que se encontra em evolução e não tem uma definição formalmente conhecida (Caseirão, 2012). Por mais surpreendente que seja, podemos ter tantas definições possíveis, como as organizações que se dedicam ao tratamento deste tema (Caseirão, 2012). Grande parte das definições existentes define a RSE, como a “integração voluntária de preocupações sociais e ambientais por parte das empresas nas suas operações e na sua interação com outras partes interessadas”, como afirma a Comissão Europeia (2001, p.7).

O conceito de RSE começa realmente a ser abordado formalmente em 1953, com a publicação do livro “*Social Responsibilities of the Businessman*”, de Howard Bowen (o “pai” da RSE), que colocou uma questão importantíssima: “Que responsabilidades se espera que o homem de negócios assuma para com a sociedade?”, (Fontes, 2011). Ao longo de 70 anos este conceito foi alvo de diversas reflexões por parte dos teóricos, no entanto a falta de consenso entre eles para chegar a uma única definição, foi o que levou a esta ambiguidade que cerca este conceito (Leite, 2009).

“As definições de RSE parecem evoluir em torno de duas grandes escolas: os que argumentam que as empresas são obrigadas apenas a gerar lucros entre os limites éticos e legais (Friedman, 1970) e os que sugerem que as empresas têm um conjunto de obrigações mais abrangente para com a sociedade (Carroll, 1979; McWilliams & Siegel, 2001). Neste sentido, McWilliams *et.al* (2001) definem RSE como as ações que remetem para o bem social, para lá dos interesses da empresa e do que é exigido pela lei. Esta definição salienta

uma componente extremamente importante da RSE, o seu carácter voluntário.”, como afirma Leite (2009, p.3).

De acordo com o Livro Verde (que aborda o desenvolvimento sustentável e a noção de que as organizações devem ter em consideração os objetivos económicos, sociais e ambientais) publicado pela Comissão Europeia em 2001, a definição de RSE é, essencialmente, um conceito segundo o qual as empresas decidem, numa base voluntária, contribuir para uma sociedade mais justa e para um ambiente mais limpo (Comissão Europeia, 2001). A CE também descreveu a RSE como a integração voluntária de preocupações sociais e ambientais por parte das empresas nas suas operações e na sua interação com as outras partes interessadas (Comissão Europeia, 2001).

Ainda que o debate em torno da definição de RSE continue, constatamos que algumas características da RSE são comuns a várias definições: o seu carácter voluntário, o facto de assentar no conceito de *triple bottom line*, a sua relação com o desenvolvimento sustentável e a certeza de que não deve existir como um apêndice às atividades da organização, mas como parte integrante da gestão do negócio. Um conceito central na definição de RSE é o de *stakeholder* (Leite *et al.* 2010).

O *World Business Council for Sustainable Development* (WBCSD) também propôs uma definição para a RSE que consiste no “compromisso adotado pelas empresas em contribuir para o desenvolvimento económico sustentável, enquanto promovem a qualidade de vida dos trabalhadores e das suas famílias, das comunidades locais e da sociedade em geral”, Leite (2009, p.13), referindo WBCSD (2000).

Apresentando uma última definição, a Associação Portuguesa de Certificação (APCER) define a RSE como “a integração voluntária de preocupações sociais e ambientais nas suas operações e na sua interação com todas as partes interessadas. Assim, as empresas contribuem para a satisfação das necessidades dos seus clientes, gerindo simultaneamente as expectativas dos trabalhadores, dos fornecedores e da comunidade local. Trata-se de contribuir, de forma positiva, para a sociedade e de gerir os impactos ambientais da empresa, o que poderá proporcionar vantagens diretas para o negócio e assegurar a competitividade a longo prazo”.

3.2 Relatório de Sustentabilidade

O Relatório de Sustentabilidade é uma ferramenta que as empresas sustentáveis utilizam para apresentar os seus indicadores sociais, económicos e ambientais

com maior transparência. Através do Relatório de Sustentabilidade a organização define as suas expectativas de desenvolvimento sustentável, tanto as externas quanto as internas, envolvendo colaboradores, *stakeholders*, fornecedores, clientes e a sociedade em que está inserida.

3.2.1 Finalidade do Relatório de Sustentabilidade

Nos relatórios e contas das organizações podem encontrar-se parágrafos dedicados à temática da sustentabilidade ou, mais comum, à responsabilidade social. A NCRF 26 – Matérias Ambientais – tem por objetivo prescrever critérios de reconhecimento, mensuração e divulgação respeitantes aos dispêndios de natureza ambiental. No entanto, apesar de casos específicos e pontuais, como o das matérias ambientais, contemplados para efeito de relato, continua a verificar-se a necessidade de elaborar um documento próprio, com uma estrutura comparável, exclusivamente dedicado a assuntos de natureza económica, ambiental e social, que contribuam para o conhecimento do desenvolvimento sustentável, como um todo (Carreira & Palma, 2012).

Segundo o Livro Verde da Comissão Europeia (2001) “as abordagens das empresas aos relatórios sociais são tao diversificados como as suas abordagens ao conceito de responsabilidade social. Para que estes relatórios se revelem úteis, importa chegar a um consenso global quanto ao tipo de informação a fornecer, ao formato do relatório, bem como à fiabilidade do processo de avaliação e auditoria.”. Verifica-se assim a necessidade de fornecer às empresas instrumentos e orientações que permitam elaborar de forma eficaz relatórios sobre políticas, procedimentos e desempenho em matéria de responsabilidade social.

Elaborar relatórios de sustentabilidade consiste na prática de medir, divulgar e prestar contas, às partes interessadas, sobre o desempenho das organizações, visando atingir o desenvolvimento sustentável. O conceito “Relatório de Sustentabilidade” é abrangente, e considerado sinónimo de outros relatórios, do qual o objetivo é descrever os impactos económicos, ambientais e sociais de uma organização, como o Relatório de Responsabilidade Social, Balanço Social, etc. (G3, Diretrizes para Elaboração dos Relatórios de Sustentabilidade, 2000-2006).

A Comissão das Comunidades Europeias (CCE) tem procurado dinamizar e promover a sustentabilidade junto das organizações, lançando em 2002 a “Responsabilidade Social das Empresas: Um Contributo das Empresas Para o Desenvolvimento Sustentável”.

Em 2006, o Conselho da União Europeia surge com a “Nova Estratégia da UE para o Desenvolvimento Sustentável”. Promovido o conceito de sustentabilidade e a emergente necessidade de este ser considerado pelas organizações, em termos estratégicos, é importante idealizar-se a forma como se prestam provas, a todas as partes interessadas, das práticas sustentáveis adotadas, baseadas nos três pilares, e do contributo das mesmas no contexto de sustentabilidade que envolve as organizações.

A *Global Reporting Initiative* (GRI) é uma organização sem fins lucrativos, sediada na Holanda, que tem procurado disponibilizar linhas orientadoras e matrizes de indicadores que permitem, a todas as organizações, estruturar o seu relato sustentável, quer em termos de conteúdo, quer em termos de abrangência. A GRI tem uma solução de relato que pode ser utilizada por qualquer organização, independentemente da sua dimensão, estrutura, sector de atividade e localização. (Carreira *et al.* 2012). O objetivo da GRI é estabelecer um padrão internacional de relatório de sustentabilidade, com princípios e indicadores utilizados pelas organizações para medir e divulgar o seu desempenho, ao nível económico, social e ambiental (Peixoto & Martins, 2015).

Apesar da GRI ainda não ser reconhecida por uma Entidade Reguladora, os Relatórios de Sustentabilidade divulgados de acordo com a GRI são considerados credíveis e aceites. A comunicação da sustentabilidade não é obrigatória pelo que tem sido um exercício facultativo para as entidades.

3.3 Relatório Integrado

Com a certeza que os relatos empresariais existentes não são suficientes, surge a necessidade da criação de um novo relato organizacional, com melhor qualidade e informação mais abrangente, surge então o relato integrado.

Os relatórios divulgados pela maioria das empresas de grande dimensão são considerados retrospectivos, complexos e de difícil compreensão, orientados especialmente para técnicos especializados (Leocádio, 2017). A maior parte dos relatórios não têm em consideração aspetos tão importantes como a estratégia, o desempenho e o risco. Segundo Frias-Aceituno, Rodríguez-Ariza, Garcia-Sánchez (2014), o relato integrado fornece uma abordagem mais ampla do desempenho de uma empresa do que o relato tradicional, na medida em que descreve a dependência da empresa face a diferentes recursos, as suas relações e o seu acesso e impacto sobre eles.

Segundo o IIRC, o relato integrado fornece uma análise dos impactos e ligações de oportunidades relevantes, riscos e desempenho em toda a organização. IIRC reúne reguladores, investidores, empresas, contabilistas, organizações não governamentais e empresas com o mesmo objetivo de criação de valor como o próximo passo na evolução da comunicação corporativa. (Peixoto et al., 2015). De acordo com a própria definição (IIRC, 2011), um relatório integrado é um documento conciso sobre com a estratégia, a governança, o desempenho e as perspectivas da organização, no contexto do seu ambiente externo, levam à criação de valor a curto, médio e longo prazo. A KPMG (2012) afirma que o RI combina informação financeira e não financeira, considerando sempre uma perspectiva futura projetada para uma melhor compreensão do valor do negócio e quais as oportunidades que afetam os *stakeholders*.

Com os relatórios integrados pretende-se demonstrar a interdependência dos diversos recursos, sejam eles financeiros, produtivos, humanos, intelectuais, sociais ou naturais, e os respetivos resultados das atividades das empresas resultantes de produtos ou serviços e que efeitos têm sobre o meio ambiente envolvente (Leocádio, 2017).

O IIRC (2011) reconhece que o RI tem como principal objetivo, fornecer *inputs* sobre o ambiente externo que possa afetar a organização, o que se distingue claramente dos relatórios tradicionais.

O RI combina a informação quantitativa e qualitativa patente no relatório e contas anual com a informação não financeira, relativamente, à responsabilidade social por parte da empresa que está presente no relato de sustentabilidade (Pinto & Bandeira, 2012).

De acordo com Pereira (2016) em 2011, o IIRC publicou um documento que é um possível caminho para o Relato Integrado, tal como exemplifica a Figura 3.

O documento do IIRC, conhecido por ‘comunicação de valor do século XXI’, é composto por seis componentes principais. Estas componentes são suportadas por cinco princípios orientadores que são essenciais aos relatórios para que estes tenham um foco estratégico onde se relacionem e se transmitam informações concisa e fiáveis aos *stakeholders*.

As seis componentes principais são:

1. Perspetivas futuras;
2. Contexto operacional, incluindo os riscos e as oportunidades, visto ser importante saber em que ambiente está inserida a empresa que elabora o relato integrado, por forma a precaver riscos e a criar oportunidades;

3. Objetivos estratégicos são importantes para que haja um plano a seguir, de forma a atingir certos objetivos, de acordo com a estratégia da empresa;
4. Resumo organizacional e modelo de negócio, para que a empresa seja mais organizada e tenha um modelo traçado de acordo com as suas características e objetivos;
5. Performance, é fundamental para o crescimento de uma empresa, sendo uma componente fundamental na elaboração de um relato integrado;
6. *Governance* e Remuneração, os modelos de *Governance* são fundamentais para o equilíbrio dentro da empresa, assim como respeitar os prazos de remuneração aos colaboradores também.

Figura 3- Quadro Internacional de Relato Integrado



Fonte: Gareth Owen, página 347 retirado de An international integrated reporting framework. Source: The IIRC Draft Discussion Paper (2013, p. 7). Copyright 2013 by the International Integrated Reporting Council. All rights reserved. Used with permission of the International Integrated Reporting Council. Permission is granted to make copies of this work to achieve maximum exposure and feedback.

Whitehouse (2013), segundo Faria (2015) defende que o RI constitui o próximo passo no relato empresarial, que é um “alicerce do futuro”, na evolução da informação do negócio, que necessita de uma estrutura internacional para que funcione de forma conveniente.

Para fornecer uma imagem mais rica da posição, do desempenho e das perspectivas de uma organização, foi necessário que o RI tivesse um prazo mais longo e uma visão mais sustentável do negócio, inerente a uma maior síntese de informações quantitativas e qualitativas. Pode conseguir assim, transmitir uma visão mais lúcida e multidimensional dos negócios, visto que o relato tradicional se foca maioritariamente em informações financeiras e históricas (Owen, 2013).

O relato integrado apresenta diversas vantagens face ao relato tradicional, nomeadamente (IIRC, 2011):

- Informação disponibilizada mais adaptada às necessidades e expectativas dos investidores.
- Maior clareza e assertividade na informação não financeira proporcionada aos fornecedores de dados.
- Aumento dos níveis de confiança para os principais utilizadores.
- Melhor gestão, mais eficiência na alocação de recursos, quer ao nível da redução de custos, quer ao nível da gestão de riscos.
- Orientação para a captação de oportunidades de negócio.
- Maior comprometimento com os investidores, clientes, fornecedores, empregados, comunidade local e outras partes interessadas.

Todas estas vantagens resultam de uma maior e melhor colaboração entre diferentes áreas funcionais da organização (IIRC, 2011).

Para uma eficaz preparação, bem como o modo de apresentação da informação, o IIRC elaborou um conjunto de princípios [IIRC, 2013b)], nomeadamente:

1. **Foco na estratégia e orientação futura** – Apresentar a visão da estratégia da organização, sua relação com a capacidade de a organização gerar valor ao longo do tempo, o uso dos capitais e respetivos impactos;
2. **Conectividade da informação** – Mostrar uma imagem holística da combinação, inter-relacionamento e dependências dos fatores que afetam a capacidade da organização de gerar valor ao longo do tempo;

3. **Relacionamento com os stakeholders** – Fornecer uma visão da natureza e da qualidade das relações da organização com suas principais partes interessadas, incluindo como responde aos seus legítimos interesses e necessidades;
4. **Materialidade** – Divulgar informação sobre assuntos que afetam significativamente a capacidade de uma organização gerar valor em curto, médio e longo prazo;
5. **Concisão** – o RI deve ser conciso;
6. **Fiabilidade e completude** – Apresentar os assuntos relevantes, positivos e negativos, de forma equilibrada e isento de erros;
7. **Consistência e comparabilidade** – Informar com dados coerentes ao longo do tempo, que permitem a comparação com outras organizações.

Segundo a *PricewaterhouseCoopers* (PwC) as organizações que optem pelo modelo de integração de informação financeira e não-financeira num relatório poderão obter alguns pontos benéficos, tal como podemos verificar na Figura 4- (PwC, 2012).

Figura 4- Pontos benéficos no modelo de integração da IF



Fonte: Adaptado de PwC o relatório integrado (2012).

De acordo com Tomé (2014, citado por Faria, 2015) afirma que o RI é complemento do relato de sustentabilidade, com o objetivo de promover a melhoria de informação, bem como preencher as lacunas dos tipos de relatos usuais. O RI pretende dar resposta às limitações desses mesmos relatos, por forma a evitar os desfasamentos temporais na informação prestada e nas falsas tomadas de decisão (Faria, 2015).

4. Metodologia

Este capítulo trata do estudo propriamente dito, com a análise dos intervenientes, quer das empresas e seus gestores, quer dos contabilistas certificados, partindo depois para a análise das respostas obtidas através do inquérito por questionário e analisando as conclusões tendo por base os objetivos específicos traçados.

4.1 Objetivo da amostra

Fundamental ao estudo empírico é a definição da metodologia de investigação, assim como dos procedimentos de acordo com os objetivos traçados e respetivas questões.

A escolha da metodologia a seguir tem por base os objetivos a que se pretende dar resposta com este trabalho. As questões levantadas para os objetivos do estudo são “como” e “porquê”. Yin (2015) refere que para os estudos em que as questões são do tipo “como” e “porquê”, o estudo de caso é uma metodologia a aplicar, uma vez que «surge do desejo de entender fenómenos sociais complexos» (Yin, 2015: 4).

Yin (2015: 17) define o estudo de casos como «uma investigação empírica que investiga um fenómeno contemporâneo (o “caso”) em profundidade e no seu contexto de mundo real, especialmente quando os limites entre o fenómeno e contexto puderem não ser claramente evidentes (Feliciano, 2015).

A presente dissertação pretende objetivar qual a utilidade que os preparadores e utilizadores dão à informação financeira. Isto é, o foco principal passa por testar quais as Demonstrações Financeiras que adquirem maior utilidade e se as mesmas dão as respostas necessárias aos gestores para estes conseguirem tomar uma decisão acertada. Esta informação financeira serve de suporte na tomada de decisão.

Desde modo, pretende-se verificar a natureza da informação financeira, com que frequência serve de suporte à gestão da empresa, como é feita a divulgação da informação financeira, quem são os principais utilizadores desta informação financeira e qual a sua finalidade.

4.2 Métodos de investigação

O método de investigação é de carácter qualitativo e quantitativo. As técnicas utilizadas foram a pesquisa bibliográfica, incluindo artigos científicos, revistas, livros e outros documentos técnicos e ainda a aplicação de um inquérito por questionário. O questionário utilizado no estudo encontra-se disponível no Apêndice 1.

Na aplicação do inquérito online contou-se com o apoio da Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC), que publicou o mesmo na sua página, para uma maior divulgação e número de respostas.

Para evitar a não resposta do inquérito, opta-se por ter alguns cuidados. O design do inquérito, foi atrativo, na medida do possível, uma vez que se utilizou a aplicação do google formulários. As questões foram claras e agrupadas de forma a não haver dúvidas por parte do inquirido. Para verificar se o questionário estava operacional, foi realizado um pré-teste, numa amostra de 5 pessoas, que incluiu profissionais da área da contabilidade e auditoria e ainda docentes do ensino superior. O resultado do pré-teste sugeriu a mudança, reformulação e organização de algumas questões.

4.3 Estrutura do inquérito por questionário

A versão final do questionário inclui:

1. Questões relacionadas com o perfil do inquirido e destina-se a obter informações sobre o contabilista certificado (género; idade; habilitações literárias e experiência profissional).
2. Questões que se destinam a retratar o perfil da empresa onde o gestor exerce funções (dimensão; normas aplicáveis; setor de atividade, antiguidade e desempenho) e do gestor (sexo; proprietário da empresa; formação e conhecimentos de gestão) que o contabilista certificado escolheu para responder a este estudo.
3. Questões sobre a importância, finalidade e frequência com que a IF é solicitada ao contabilista certificado.
4. Questões que permitem avaliar a utilidade da IF na tomada de decisão.

4.4 Amostra do estudo

O inquérito é aplicado aos contabilistas certificados inscritos na OCC. A escolha entre CC e gestores para a resposta a este inquérito advém do facto de os CC terem mais conhecimentos ao nível da IF. Para além disso, é mais fácil obter respostas dos contabilistas certificados, quando se tem a colaboração da OCC.

No processo de recolha de dados, foram obtidas 56 respostas equivalendo a 0,08% da dimensão da população (70.728 contabilistas certificados). Como no estudo se avalia a perceção dos contabilistas certificados 13 respostas foram eliminadas por não exercerem atualmente esta profissão.

5. Análise e discussão dos dados obtidos

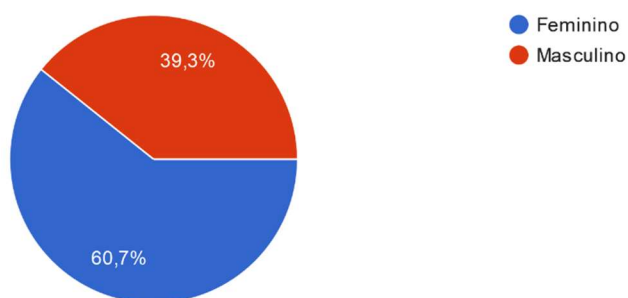
Concluído o tratamento estatístico dos dados recolhidos através da aplicação do inquérito por questionário, o objetivo deste capítulo consiste na apresentação, análise e discussão dos resultados obtidos.

Neste primeiro ponto procedermos à caracterização da amostra (Contabilistas Certificados).

5.1 Caracterização dos inquiridos (Contabilistas Certificados)

Dos 56 contabilistas certificados inquiridos, verificamos que 34 são do sexo feminino (60,7%) sendo que 22 (39,3%) são do sexo masculino.

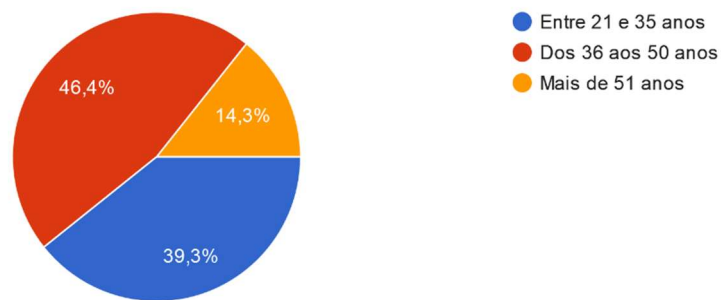
Figura 5- Contabilistas Certificados por género



Fonte: Google Formulários

Verificamos ainda que neste estudo a maior parte dos inquiridos 46,4%, possui idade superior a 36 anos, mas inferior a 50. Enquanto que 39,3% tem entre 21 e 35 anos, e os restantes 14,3% apresentam-se com mais de 51 anos de idade.

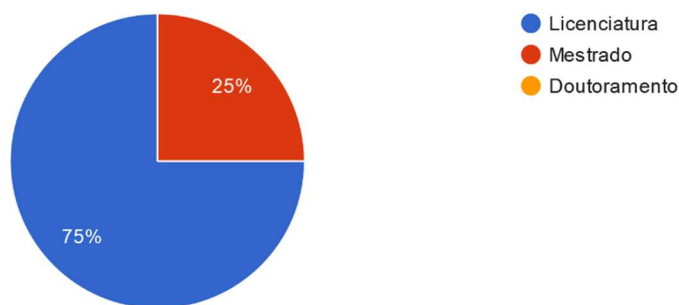
Figura 6- Idade dos Contabilistas Certificados



Fonte: Google Formulários

No respeitante às habilitações académicas, verificamos que 75% dos inquiridos apenas têm licenciatura, enquanto que os restantes 25% da amostra possuem mestrado. Nenhum dos contabilistas certificados inquiridos tem doutoramento.

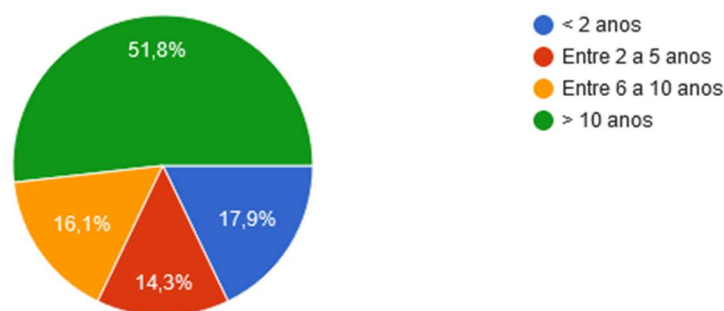
Figura 7- Habilitações Académicas



Fonte: Google Formulários

Neste estudo podemos ver que 51,8% dos inquiridos exercem funções há mais de 10 anos. Enquanto que 17,9% exercem a profissão há menos de 2 anos. Cerca de 16,1% praticam a atividade entre 6 a 10 anos e 14,3% entre 2 a 5 anos.

Figura 8- Experiência Profissional

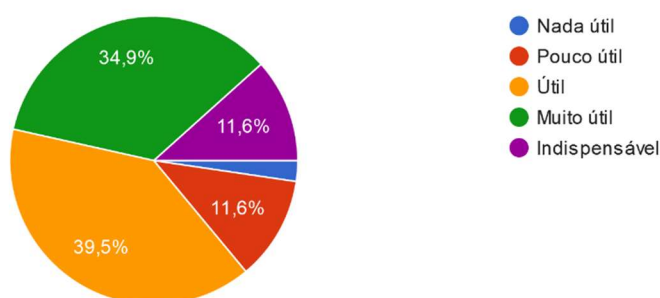


Fonte: Google Formulários

A informação financeira é bastante importante para a tomada de decisões por parte dos utilizadores da mesma, sendo, portanto, essencial verificar se esta informação reflete a verdadeira situação da empresa.

A alteração dos normativos contabilísticos pode ter um impacto significativo na qualidade da informação ou qualidade dos resultados. Da amostra, 39,5% dos inquiridos dizem que a mudança de normativo em 2010 foi apenas útil, enquanto que 34,9% afirma que foi muito útil e ainda 11,6% declaram que foi indispensável. No entanto, 11,6% acham que foi pouco útil e 2,3% reconhecem que foi nada útil.

Figura 9- Mudança de normativo em 2010



Fonte: Google Formulários

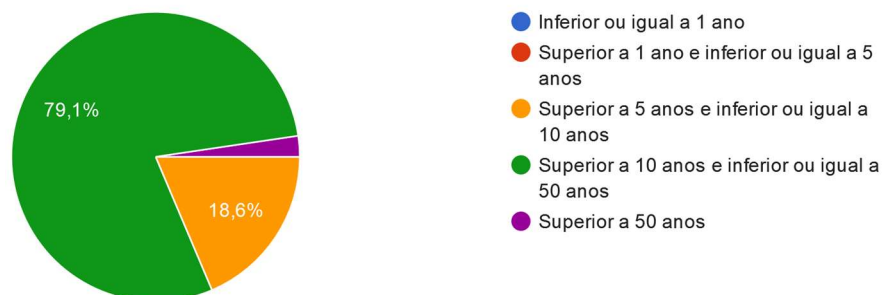
5.2 Caracterização da entidade

Foi pedido aos inquiridos que escolhessem uma empresa, da qual tenham bastante conhecimento para poderem responder às restantes questões do inquérito por questionário.

Na figura abaixo podemos ver que 79,1% das entidades escolhidas foram constituídas num período superior a 10 anos e inferior a 50 anos, 18,6% afirmam que a empresa escolhida

tem como data da constituição um intervalo superior a 5 anos, mas inferior a 10 anos. E ainda, 2,3% constataam que a entidade tem mais de 50 anos.

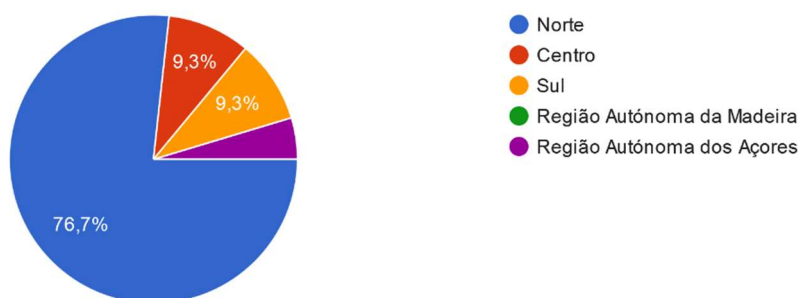
Figura 10- Início de atividade



Fonte: Google Formulários

No que concerne à localização geográfica, cerca de 76,7% das empresas escolhidas operam na região Norte, 9,3% na região Centro e ainda outros 9,3% na região Sul. No entanto 4,7% estão localizadas na Região Autónoma dos Açores, conforme nos mostra a figura abaixo:

Figura 11- Localização Geográfica

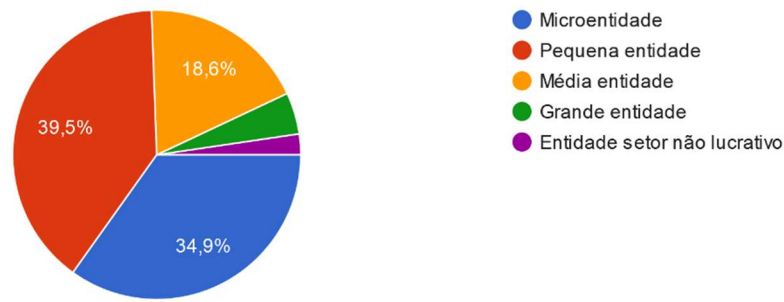


Fonte: Google Formulários

De acordo com o Pordata (2019) existem em Portugal cerca de 1.333.649 pequenas empresas, num total de 1.335.006 empresas.

No seguimento da figura demonstrada abaixo, verificamos que 39,5% das entidades são pequenas entidades, enquanto que 34,9% incluem-se no regime das microentidades e 18,6% são médias entidades. As percentagens destinadas às grandes entidades e de setor não lucrativo são reduzidas.

Figura 12- Dimensão da entidade



Fonte: Google Formulários

Foi feita uma questão para percebermos qual o setor de atividade no qual se inseria a empresa escolhida. Os resultados encontram-se na tabela abaixo. Conseguimos verificar que o setor com maior número de empresas é o Comércio e serviços.

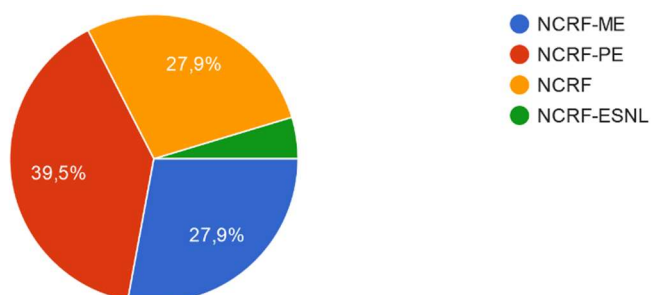
Tabela 7- Setor de atividade

Setor de Atividade	Nº de empresas
Ambiente	2
Contabilidade e Consultoria	6
Comércio e serviços	9
Construção Civil	5
Ensino	3
Imobiliária	2
Indústria	3
Restauração	1
Saúde	4
Mineiro	1
Têxtil	5
Transportes	2

Fonte: Elaboração Própria

Os resultados mostram que cerca de 39,5% das empresas escolhidas pelos inquiridos utilizam as NCRF-PE. A percentagem de empresas que utilizam as NCRF-ME e as NCRF é de 27,9% e apenas 4,7% regem-se pelas NCRF-ESNL.

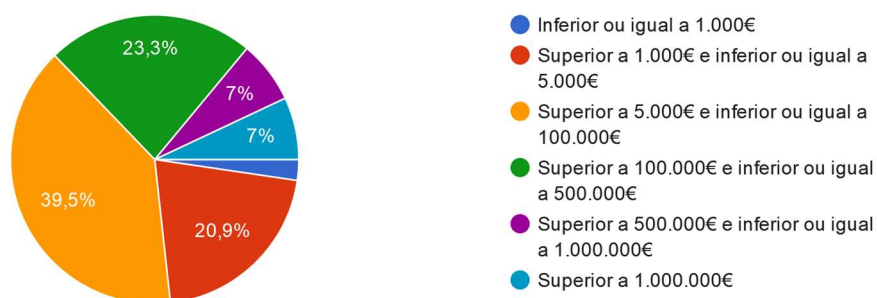
Figura 13- Normas aplicáveis



Fonte: Google Formulários

Como se verifica na figura abaixo, a maioria das empresas tem o seu capital social situado entre os 5.000€ e os 100.000€ (39,5%). Cerca de 23,3% encontram-se entre os 100.000€ e os 500.000€ e 20,9% entre os 1.000€ e os 5.000€.

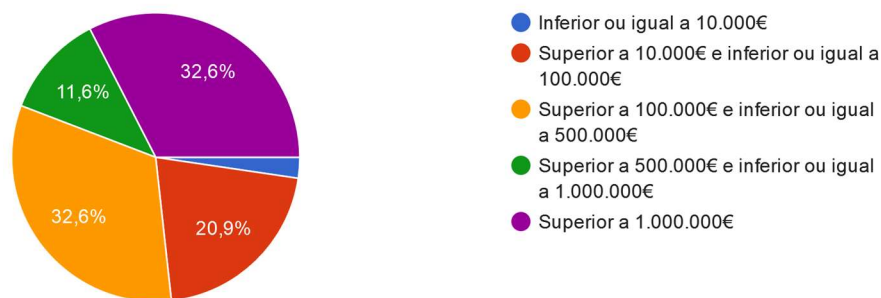
Figura 14- Capital Social



Fonte: Google Formulários

Em relação ao total do balanço (em médio dos últimos 3 anos), verificamos que 32,6% das empresas escolhidas têm um total de balanço superior a 1.000.000€ e na mesma 32,6% têm esse valor situado entre 100.000€ e 500.000€. Reparamos que 20,9% situam o valor do balanço entre 10.000€ e 100.000€ e 11,6% entre 500.000€ e 1.000.000€.

Figura 15- Total de balanço



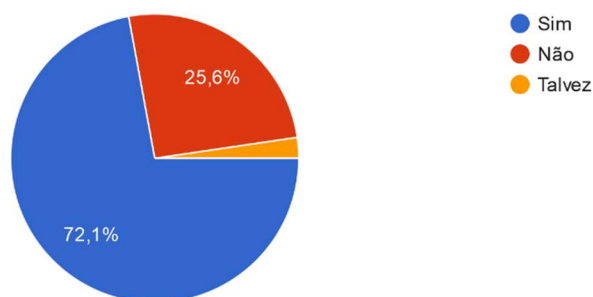
Fonte: Google Formulários

5.3 Caracterização do gestor

Neste estudo, pedimos ao contabilista certificado informações sobre o gestor da empresa à qual prestam serviços, ou em muitos casos, como o Contabilista Certificado presta serviços em mais do que uma empresa, foi pedido que escolhessem apenas uma para responderem ao questionário.

Verificamos que 72,1% dos gestores possui formação ao nível do ensino superior, enquanto que 25,6% afirma que não, que o gestor da empresa escolhida não tem qualquer tipo de formação académica.

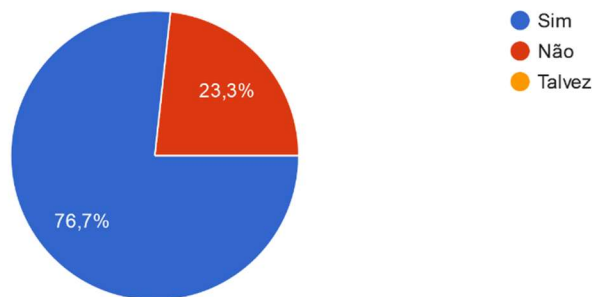
Figura 16- Formação ao nível do ensino superior



Fonte: Google Formulários

Nesta investigação verificamos que 76,7% dos gestores são proprietários da empresa e apenas 23,3% são apenas gestores.

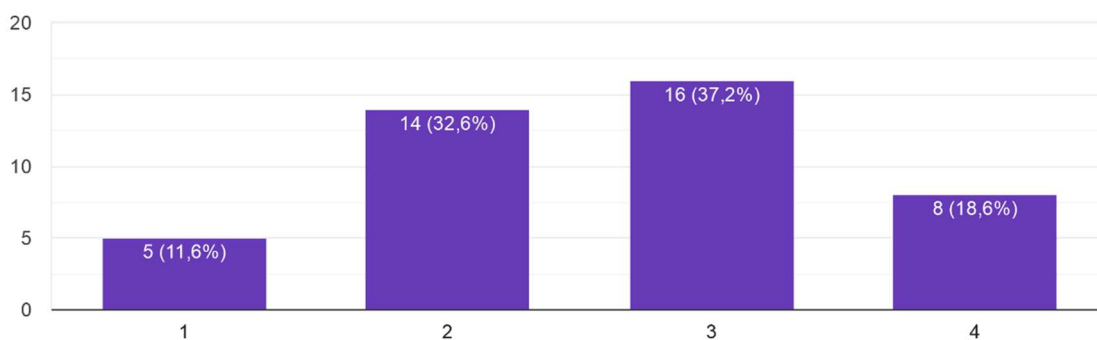
Figura 17- O gestor é proprietário da empresa?



Fonte: Google Formulários

Numa escala de 1 a 4, foi pedido que avaliassem o conhecimento em contabilidade/gestão do gestor. Verificamos que o nível 3 obteve cerca de 37,2% das respostas, logo a seguir o nível 2, com 32,6% e o nível máximo, o 4, com 18,6%. Houve ainda quem considerasse que o gestor não tinha quaisquer conhecimentos, cerca de 11,6%.

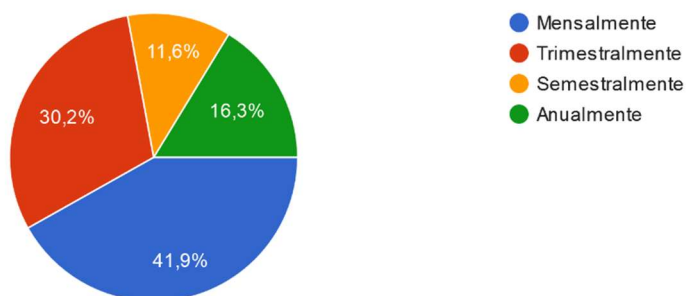
Figura 18- Conhecimento de contabilidade/gestão do gestor



Fonte: Google Formulários

Verificamos neste estudo, que a informação é requerida pelo gestor ao Contabilista Certificado, mensalmente, por grande parte da amostra (41,9%). Cerca de 30,2% afirma que essa informação é requerida trimestralmente, 16,3% dos inquiridos declara que esse pedido é feito apenas de forma anual e ainda 11,6% semestralmente.

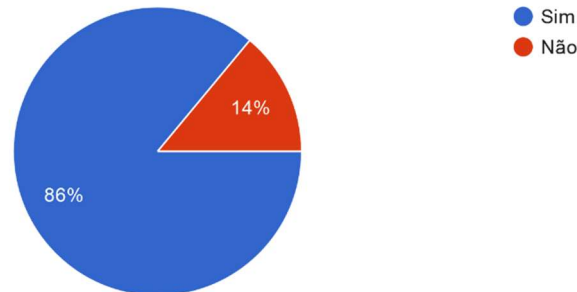
Figura 19- Com que frequência é requerida a IF?



Fonte: Google Formulários

Sabemos que o gestor atribui uma elevada importância à Informação Financeira reportada, cerca de 86%. Enquanto que os 14% afirma que o gestor não dá utilidade a essa informação.

Figura 20- O gestor atribui elevada utilidade à informação adquirida?



Fonte: Google Formulários

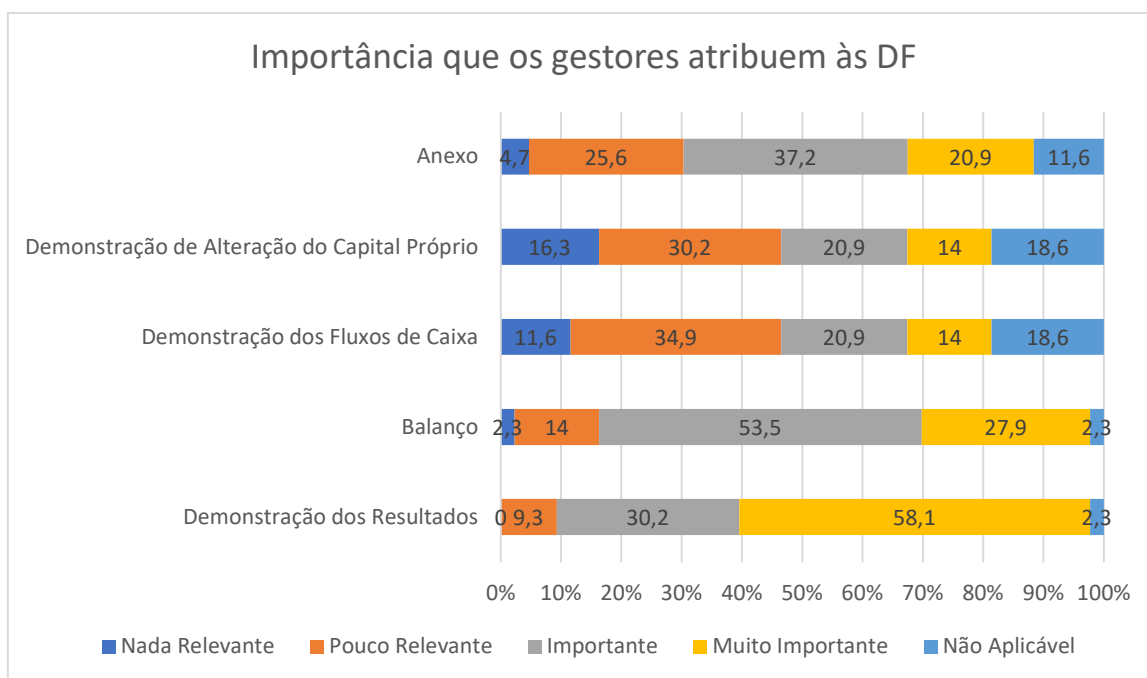
Nesta investigação tentamos perceber quais os principais motivos que levam os gestores a solicitar a informação financeira, e identificamos as seguintes situações:

- Acompanhar a evolução dos negócios;
- Evolução das vendas;
- Controlar inventários;
- Obrigações fiscais;
- Atribuição de lucros;
- Gerir ativos;
- Controlo do setor bancário.

5.4 Relevância das DF

Como se pode verificar na figura abaixo, no que concerne à importância que o gestor atribui às DF, verificamos que as demonstrações financeiras que adquirem maior importância é a Demonstração dos resultados (58,1%) e logo a seguir o Balanço com 27,9%.

Figura 21- Importância que os gestores atribuem às DF

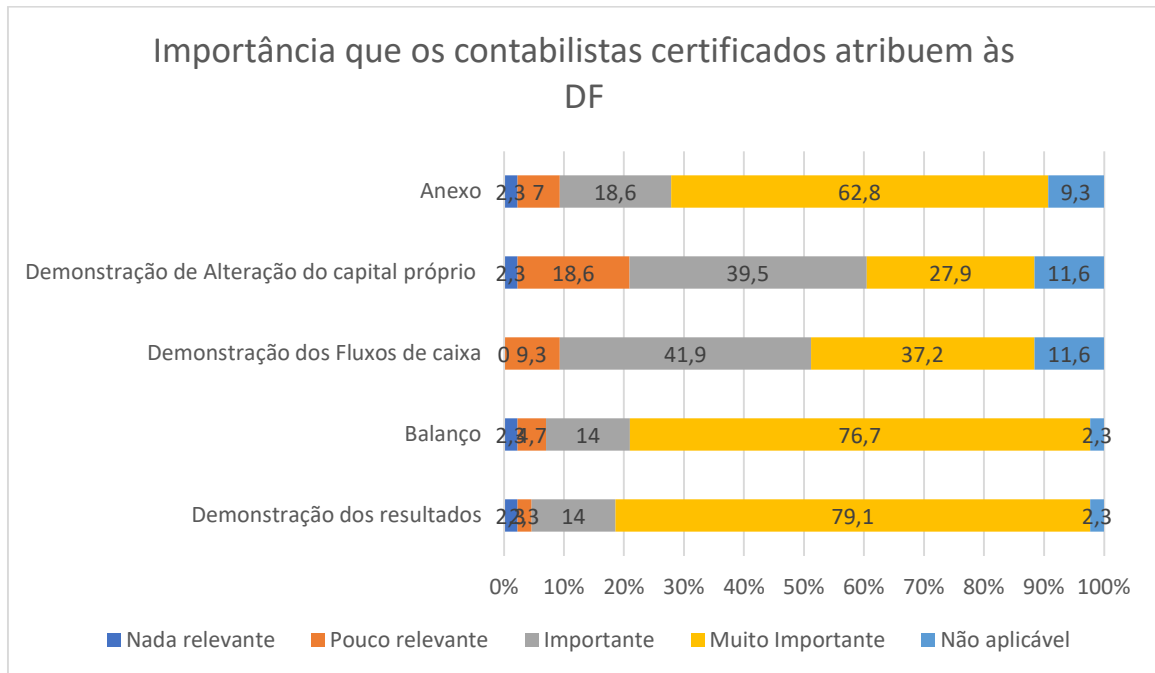


Fonte: Elaboração Própria

À semelhança dos gestores, a Demonstração Financeira que adquire maior importância na perspectiva dos CC é a demonstração dos resultados com 79,1% e logo a seguir o balanço com 76,7%. Comparando as duas perspectivas conseguimos perceber que os contabilistas demonstram um maior interesse nas restantes demonstrações financeiras do que os gestores, onde a preocupação essencial é o resultado líquido e consequentemente, a DF mais importante a demonstração dos resultados.

Certos contabilistas acrescentaram outras informações solicitadas pelos gestores, mais concretamente. De notar que um contabilista referiu que relativamente a estas informações a maioria das vezes não é o gestor que pede, mas o contabilista toma a liberdade de lhe fornecer e explicar.

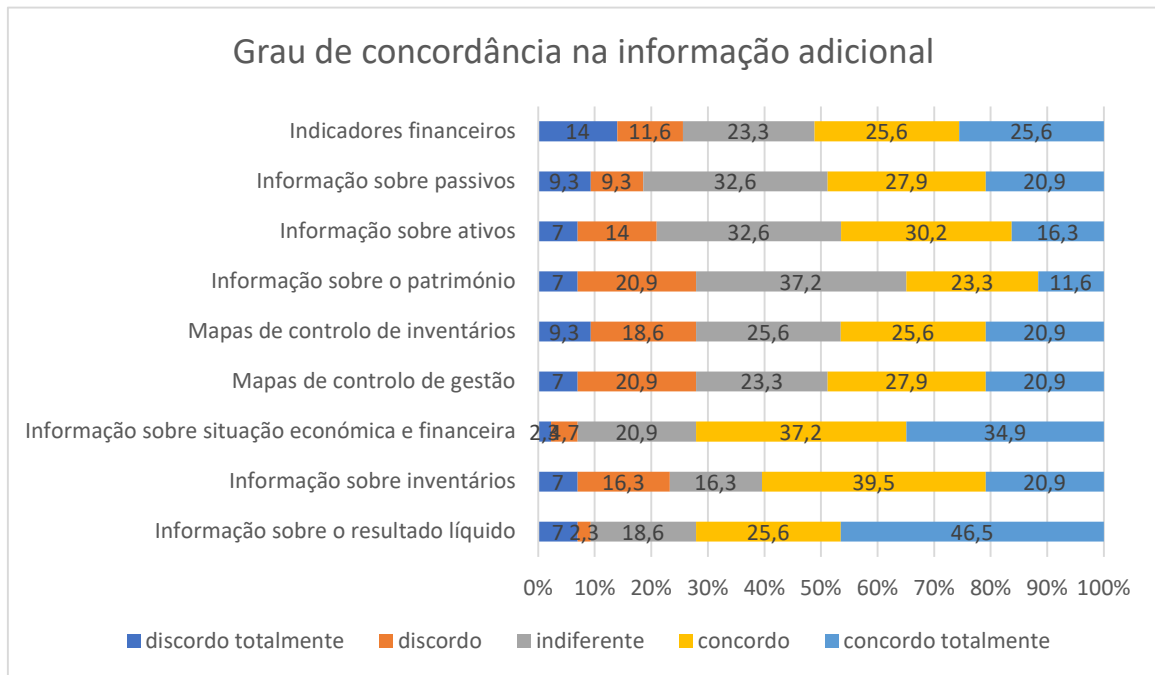
Figura 22- Importância que os contabilistas certificados atribuem às DF



Fonte: Elaboração Própria

Para além das demonstrações financeiras, os contabilistas transmitem informação adicional aos gestores. Neste estudo, foi pedido que os inquiridos indicassem o grau de concordância com cada tipo de informação, nomeando de 1 a 5 esse mesmo grau, onde 1 era discordo totalmente e 5 concordo totalmente. Verificamos que a informação mais pedida é acerca do resultado líquido, com cerca de 46,5% de respostas e logo a seguir a informação sobre a situação económica e financeira com 34,9%.

Figura 23- Grau de concordância atribuído à informação adicional requerida



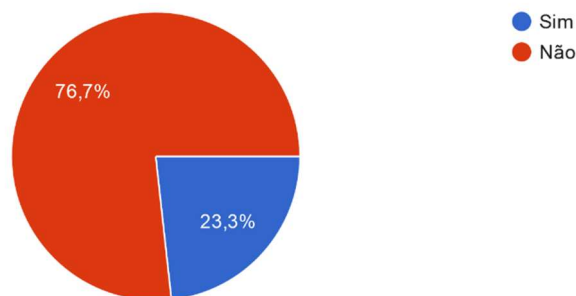
Fonte: Elaboração Própria

5.5 Informação Não Financeira

As empresas abrangidas pela Diretiva 2014/95/UE são obrigadas à divulgação não só de informação relevante sobre as políticas, os riscos e os resultados, mas também sobre os indicadores da performance não financeira. A última parte do questionário diz respeito a esse tipo de informação.

Verificamos que da amostra apenas 10 empresas (23,3%) reportam informação não financeira. Os restantes 76,7% não reportam.

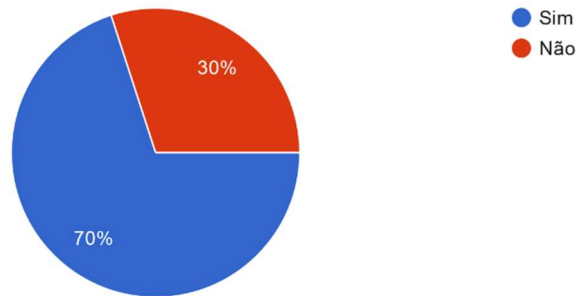
Figura 24- A empresa reporta informação não financeira?



Fonte: Google Formulários

Questionados acerca de se reportavam informação financeira apenas no relatório de gestão, cerca de 70% disse que sim, e 30% que não.

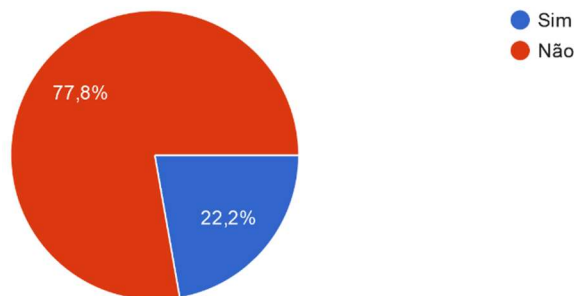
Figura 25- A empresa apresenta a INF apenas no RG?



Fonte: Google Formulários

Verificamos que 77,8% das empresas da amostra não apresenta relatório de sustentabilidade, apenas 22,2% o fazem.

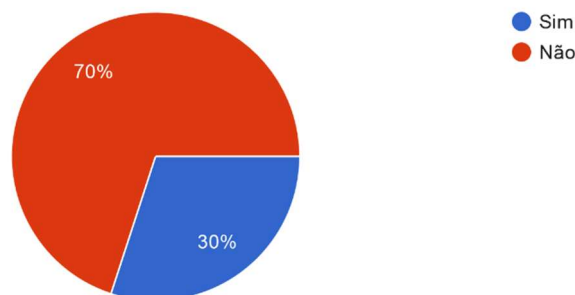
Figura 26- A empresa apresenta Relatório de Sustentabilidade?



Fonte: Google Formulários

Apuramos ainda que 70% das entidades não apresenta relatório integrado.

Figura 27- A empresa apresenta relatório integrado?



Fonte: Google Formulários

Posto isto, e de encontro aos objetivos específicos postos por este estudo, conseguimos perceber que a informação financeira e não financeira (quando aplicável) apresenta uma grande necessidade para o gestor, para que este consiga tomar as suas decisões de forma cada vez mais ponderada, mais eficiente e assente numa base de informação mais sólida, sabendo que esta informação lhe dará todos os indicadores necessários para a tomada de decisão. Conseguimos também entender que os principais utilizadores deste tipo de informação são os gestores, visto que o ambiente empresarial em Portugal se trata maioritariamente de pequenas empresas e então, este torna-se o principal utilizador, onde as suas necessidades são totalmente satisfeitas com a análise da informação.

Apesar de todos os tipos de informação financeira se mostrarem importantes, o balanço e a demonstração dos resultados são os que apresentam maior preferência no âmbito empresarial. Percebemos ainda que existem gestores que têm pouco conhecimento na área das finanças/contabilidade, isto porque provavelmente serão os proprietários da empresa, onde o objetivo principal é o resultado líquido e a diminuição dos encargos fiscais, diminuindo assim a importância dada à informação, portanto podemos concluir que o perfil do gestor influencia no processo de tomada de decisão

De notar, que poucas empresas apresentam informação não financeira, no entanto esta pode ser relatada se assim a empresa o desejar, seja incluída no RG, ou individualmente, num relatório específico, visto que cada vez as questões da sustentabilidade são tema de discussão.

6. Conclusão

A contabilidade mostrou-se a fonte de informação mais importante na tomada de decisão, capaz de influenciar a decisão do gestor e fazê-lo tomar decisões mais ponderadas. A harmonização contabilística aparece subjacente à necessidade de criar um relato financeiro de cariz económico, isolado da vertente fiscal, de modo a diminuir o risco da informação, através da transparência obtida a partir de estratégias de divulgação mais detalhadas. Deste modo, facilitou ainda a organização interna e permitiu eliminar diferenças na elaboração das demonstrações financeiras entre os diversos países, potenciando desta forma a capacidade de negociação. Deste modo, surgem as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS), as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) e o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) para existir harmonização contabilística entre as empresas e entre os países. Concluindo ainda, o SNC é uma aproximação às normativas IAS/IFRS adotadas pela União Europeia.

Quanto a uma abordagem genérica, neste estudo verificou-se a natureza da informação financeira, com que frequência serve de suporte à gestão da empresa, qual a importância dada por contabilistas e gestores a cada DF, que tipo de informação adicional o gestor dá mais importância para a sua tomada de decisão e ainda o impacto da informação não financeira nas empresas. Este estudo empírico incidiu sobre os contabilistas certificados. Neste sentido obtiveram-se 56 respostas ao questionário que foi submetido.

Os resultados mostram-nos que o gestor pede, maioritariamente, algum tipo de informação mensalmente e as principais razões são para acompanhar a evolução dos negócios, e nas vendas, sendo este o objetivo principal nas empresas. No entanto, ainda há outra razão pelos qual os gestores tendem a ter mais atenção à informação, o controlo das entidades bancárias. No que concerne à importância dada às demonstrações financeiras, foi perceptível que os gestores e alguns gestores/proprietários, dão uma superior importância à demonstração dos resultados e posteriormente ao balanço, desvalorizando um pouco as restantes, no entanto, como conseguimos perceber, a amostra é composta maioritariamente por micro e pequenas empresas, cujas restantes demonstrações financeiras não são obrigatórias. Apesar de neste estudo ser possível entender que os contabilistas também atribuem uma maior importância ao balanço e à demonstração dos resultados, mas num todo, a relevância dada às restantes DF, é bastante maior. Torna-se bastante atingível que a maior preocupação dos gestores é o resultado líquido, daí a grande avaliação à demonstração dos resultados.

Relativamente à última parte do questionário, conseguimos verificar que a informação não financeira ainda é uma grande lacuna no reporte da informação. Num total de 43 empresas, apenas 10 fazem reporte de informação não financeira, e dessas 10, apenas 3 o fazem fora do relatório de gestão, no relatório de sustentabilidade e no relatório integrado.

Concluído este trabalho, ficamos com a certeza de que a contabilidade para ser ainda mais exata, e para a gestão ter decisões mais fiáveis e eficazes, necessitam de intercalar e combinar dois tipos de informação, a financeira e a não financeira, com o objetivo final dos utentes da informação conseguirem obter uma visão mais ampla, completa e credível, isto ao nível económico, social e ambiental. Com o aparecimento dos relatórios de informação não financeira e os relatórios integrados, as respostas às questões dos *stakeholders* acerca do desempenho ambiental vieram a ser resolvidas, e mostra-se cada vez mais um ponto fulcral na prestação de contas.

No decorrer destes últimos anos, onde a discussão acerca da divulgação da informação não-financeira era constantemente assente, os críticos começam a apontar para um ideal bem mais definido. Com a diretiva 2014/95/EU, e em Portugal o Decreto-Lei nº 89/2017 que transpôs a anterior diretiva, fica notável o apoio da legislação a este reporte.

Existe um problema que se pode tornar fulcral se este tipo de divulgação atingir um maior número de empresas, que se trata dos custos adicionais para as empresas, de modo que atualmente apenas é aconselhado para as grandes entidades.

De modo geral a contabilidade e a gestão têm bastante a lucrar com esta nova visão de divulgação de informação, avizinha-se se um futuro que vem reforçar a transparência e a coerência da informação divulgada pelas empresas.

Baseado na revisão da literatura, identificou-se uma lacuna, que se estabelece na falta de estudos que relacionem a informação financeira com a não financeira, visto ser um assunto pouco recente e cada vez com mais importância. Este estudo mostra-se importante para o futuro da contabilidade, numa fase em que se avizinha uma mudança na prestação de contas e do relato empresarial, com um objetivo de incluir de vez e em todas as empresas, o relato não financeiro. Para além disso, surte uma melhor compreensão da IF e INF, e de que não é só importante usar estas informações para o resultado líquido. Aplica-se a contabilistas certificados, profissionais da área da contabilidade, gestores, auditores e estudantes da área de contabilidade.

Esta investigação apresenta algumas limitações, nomeadamente o tamanho da amostra. O inquérito foi divulgado por e-mail, redes sociais e pela Ordem dos contabilistas certificados,

no entanto, a taxa de respostas tornou-se muito baixa, e visto que utilizamos também uma amostra por conveniência o que limita a generalização dos resultados. Outra limitação é o facto de não estar incluído no inquérito os ENI, e visto que pode haver CC que apenas façam contabilidades dos ENI. Em terceiro lugar, a não aplicação do inquérito diretamente aos gestores, mas por falta de conhecimentos não se tornou possível.

Relativamente às perspetivas futuras, sugerimos a aplicação deste estudo a gestores e a CC, de modo a conseguirmos avaliar as duas vertentes de forma mais credível. E ainda, aprofundar mais a questão da informação não financeira, visto que num futuro próximo, será um tipo de reporte cada vez mais frequente.

Em suma, a oportunidade de abordar diversos temas financeiros e não-financeiros, proporcionaram, a consolidação de saberes para o exercício da profissão de Contabilista Certificado, resultando numa experiência bastante enriquecedora tanto a nível pessoal como profissional.

Referências Bibliográficas

- Adams, C. A. (2015a). The international integrated reporting council: a call to action. *Critical Perspectives on Accounting*, Vol. 27, pp. 23-28.
- Agostini, C., & Carvalho, J. (2012). *A Evolução da Contabilidade: seus avanços no Brasil e a Harmonização com as Normas Internacionais*. Instituto de Ensino Superior Tancredo de Almeida Neves. Armário de Produção. Ano, 1.
- Albuquerque, F., Justino, M., Quirós, J. (2016). A cultura e as características qualitativas da informação financeira: um estudo empírico com base em empresas cotadas em distintos mercados europeus. *Contabilidade, Gestão e Governança*, 19, 395-421.
- Alves, M. (2007). As Fontes de Informação do Gestor e os Contributos do Sistema Contabilístico. *Conocimiento, innovación y emprendedores: Camino al futuro*. Pp. 384 – 397.
- Amaral, C. (2001). Processo de harmonização contabilística internacional: Tendências actuais. *Gestão e Desenvolvimento*, (10), 33-58.
- Antunes, E. (2008). *O processo de harmonização contabilística internacional na Polónia e em Portugal uma análise comparativa*. Dissertação de mestrado submetida na Universidade da Beira Interior. Covilhã.
- Albaum, G. (1964). Horizontal information flow: An exploratory study. *Academy of Management Journal*, 7(1), pp. 21-33.
- Aviso nº 15652/2009, p.36228. Diário da República n.º 173/2009, Série II de 2009-09-07
- Carreira, F., Palma, C. (2012). Análise Comparativa dos Relatório de Sustentabilidade das Empresas Brasileiras, Espanholas, Portuguesas e Andorra. *Universo Contábil*.
- Caseirão, M. R. (2012). Responsabilidade Social Empresarial. *Revista OTOC no 147*
- Chand, P., Patel, C. (2008). Convergence and harmonization of accounting standards in the South Pacific region. *Advances in Accounting*, 24(1), pp. 83-92.
- Comissão Europeia (2001). Livro Verde: Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas, COM (2001). Bruxelas 18.7.2001,

- Comissão Europeia (2016). Comunicação da comissão ao parlamento europeu, ao conselho, ao comité económico e social europeu e ao comité das regiões- Próximas etapas para um futuro europeu sustentável Ação europeia para a sustentabilidade. Estrasburgo, 22.11.2016 COM(2016) 739 final
- Decreto-Lei nº 158/2009 (2009:4381). Diário da República n.º 133/2009, Série I de 2009-07-13
- Doupnik, T., Perera, M. (2007). *International accounting*. New York: McGraw-Hill.
- Encarnação, C. (2009). *Indicadores económico-financeiros: os impactos da alteração normativa em Portugal*. Dissertação de mestrado em finanças e controlo empresarial- área científica: contabilidade. ISCTE Business School. Lisboa
- Estrutura Concetual do SNC, 2009, Diário da República, 2.ª série – N.º 173 – 7 de setembro;
- Faria, M. (2015) Perspetivas sobre o relato integrado, *Revista 182, Maio*. Disponível em: <http://www.otoc.pt/pt/a-ordem/publicacoes/revista-toc/>.
- Faria, M. (2017) Tipos de divulgação da informação financeira e não financeira de responsabilidade social empresarial. *Cadernos EBAPE.BR*. Vol. 15, pp. 534-558.
- Feliciano, A. (2015). *A utilidade da informação financeira para a gestão das microentidades, na perspetiva dos gestores e dos contabilistas certificados*. Dissertação de mestrado Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa. Lisboa
- Fernandes, D. (2019). *Informação Financeira e Não-Financeira*. Dissertação de mestrado. Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra. Coimbra.
- Fontes, A. (2011). *Responsabilidade social das empresas: realidade ou utopia*. Dissertação de mestrado. Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Aveiro. Aveiro.
- Frias-Aceituno, J., Rodríguez-Ariza, L. e Garcia-Sánchez, I. (2014). Explanatory factors of integrated sustainability and financial reporting. *Business Strategy and the Environment*, Vol. 23, Nº 1, pp. 56-72.

- Friedman, M. (1970) The social responsibility of business is to increase its profits. *New York Times*, 13, 122–126.
- Global Reporting Initiative - GRI. Diretrizes para o Relatório de Sustentabilidade – Versão 3.0, 2000- 2006. 2008. Disponível em: <www.globalreporting.org/>. Acesso em 22 jul. 2021.
- Governmental Accounting Standards Board (1999) Summary of Statement nº. 35 Basic Financial Statements – And Management’s Discussion and Analysis Public Colleges and Universities. Disponível em: <https://www.gasb.org/st/summary/gstsm35.html>
Acesso a 14 Julho,2021
- Góis, C. (2013). A Governação das Sociedades – Qual a Ligação ao Relato Financeiro?. *Lisboa: Revista Ordem Técnicos Oficiais de Contas*, 157 (XIV), 56-61.
- Gonçalves, M. (2010). Viagem histórica pelo vetusto mundo da Contabilidade. *Pensar Contábil*, 12 (47), pp. 35-42. Obtido de <http://www.spell.org.br/documentos/ver/117/viagem-historica-pelo-vetusto-mundo-da-contabilidade/i/pt-br> , acedido em 23/07/2021
- Grosu, Veronica (2009). The Financial Economical Information - Source of Communicational Development and International Level. *Working Paper Series*, disponível em: <http://papers.ssrn.com>
- Gouveia, H.; Fernandes, J.; Gonçalves, C. (2015). A Utilidade da Contabilidade para os Gestores das Microempresas. *Lisboa: Revista Científica da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas – Contabilidade e Gestão n.º 16. Março*. pp. 77-104.
- Gillham, B. (2000). Case Study Research Methods. *London: Real World Search*.
- Grizonic, A. (2008). *Reporting Financeiro–A Harmonização Contabilística em Portugal*.
- IFAC (2006). *Micro-Entity Financial Reporting: Perspectives of Preparers and Users*. Small and Medium Practices Committee International Federation of Accountants.

- IIRC (2011) *.Towards Integrated Reporting. Communicating Value in the 21st Century*, London. disponível em http://integratedreporting.org/wp-content/uploads/2011/09/IR-Discussion-Paper-2011_spreads.pdf , acessido em 15-07-2021.
- IIRC (2013a). *The IIRC Pilot Program Yearbook 2013 (Business and Investors explore the sustainability perspective of Integrated Reporting)*. Disponível em <http://www.theiirc.org/wpcontent/uploads/2013/12/IIRC-PPYearbook2013_PDF4_PAGES.pdf>, consultado em 2 de agosto de 2021.
- IIRC (2013b). *The International <IR> Framework. The International Integrated Reporting Council*. Disponível em <<http://integratedreporting.org/wpcontent/uploads/2015/03/13-12-08-THEINTERNATIONAL-IR-FRAMEWORK-21.pdf>>, consultado em 17 de julho de 2021.
- KPMG. (2012). *Integrated Reporting: performance insight through Better Business Reporting*.
- Lapi, E. (2015). *Harmonização contabilística internacional: análise da adoção das IAS/IFR em Angola*. Dissertação de mestrado submetida ao Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – Instituto Universitário de Lisboa. Lisboa
- Laureano, R., Pontes, S. (2014) *Relato Financeiro Diferenciado: Tendências da Investigação*. Prémio Professor Doutor Rogério Fernandes Ferreira 2014. Lisboa: Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas. [Consult. jul. 2021]. Disponível em: <http://www.otoc.pt/fotos/editor2/rlaureanoesergiop.pdf>.
- Leite, C. (2009). *A responsabilidade social das empresas em Portugal*. Coimbra: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação. Dissertação de mestrado em Psicologia das Organizações
- Leite, C., & Rebelo, T. (2010). *Explorando, caracterizando e promovendo a responsabilidade social das empresas em Portugal*. In *Proceedings of the Eighth National Symposium on Research in Psychology*.

- Leocádio, M. (2017). *Relato Integrado em Portugal*. Dissertação de Mestrado em Contabilidade e Controlo de Gestão. Faculdade de Economia do Porto. Porto
- Lima, A. (2006). *Contabilidade Básica*.
- Lungo, D. (2013). Utilidade da informação financeira na tomada de decisão: a perceção de gestores de PMEs de Luanda e de Lisboa. *Revista de Contabilidade e Controladoria*, 5(2), 107A-107A.
- Martins, C., P. (2011) *Os modelos das demonstrações financeiras*. Dissertação de Mestrado em Contabilidade e Finanças. Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto. Porto
- McWilliams, A., Siegel, D., & Wright, P. (2006). Corporate social responsibility: International perspectives. *Available at SSRN 900834*.
- Messias, L., S. (2005). *Informação: um estudo exploratório do conceito em periódicos científicos brasileiros da área de Ciência da Informação (Pós Graduação em Ciência da Informação)*. Universidade Estadual Paulista.
- Nabais, C., Nabais, F. (2016). *Prática de Contabilidade Analítica e de Gestão*. Lidel.
- Nobes, C. (1996a). *International Accounting Standards: Strategy, Analysis and Practice*. FT Financial Publishing, Pearson Professional Limited. Londres.
- Nobes, C. (2006), *The survival of international differences under IFRS: towards a research agenda*. *Accounting and Business Research*, 36(3), pp. 233-245.
- Owen, Gr (2013). Integrated Reporting: A Review of Developments and their Implications for the Accounting Curriculum, *Pesquisa Científica, Base de Dados B-On*.
- Peixoto, N., Martins, V. (2015). Relato integrado e a convergência com relatórios de sustentabilidade: Um estudo em empresas brasileiras. *RAGC*, 3(7).
- Pereira, D. (2016). *Relato integrado: utopia ou realidade*. Dissertação de mestrado. Instituto Politécnico de Setúbal. Escola Superior de Ciências Empresariais. Setúbal.
- Pinheiro, M., Lopes, I. (2012). A Qualidade da Informação Contabilística Antes e Após a Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade: O Caso Português. *Revista*

Científica da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas – Contabilidade e Gestão n.º 13. Novembro 2012. Pág. 9-48.

- Pinto, T., Bandeira, A. (2012). Relato Integrado: Fusão de Documentos de Relato Empresarial ou Uma Nova Forma de Fazer Contabilidade, *Pesquisa Científica, UTAD e ISCAP*.
- Pires, R., & Alves, M. (2011). Incerteza da envolvente e relevância da informação financeira e não financeira na tomada de decisão: um estudo empírico. In *XIII Accounting and Auditing Congress “A Change In Management–ACIM 2011*. ISCAP-IPP.
- PWC (2012) O relatório integrado a melhor informação para uma maior vantagem competitiva. Disponível em: <https://www.pwc.pt/pt/servicos/auditoria/servicossustentabilidade/integrated-reporting.html> Acesso a 13 de julho, 2021.
- Ribeiro, D. I. N. (2019). *A relevância da informação não financeira: estudo de caso Brisa*. Dissertação de mestrado. Instituto Politécnico de Setúbal- Escola Superior de ciências empresariais. Setúbal.
- Rosa, S. (2013). *A importância da Informação Financeira nas PME: mensuração do Ativo Fixo Tangível*. Universidade Autónoma de Lisboa.
- Ryan, B., Scapens, R. W., & Theobald, M. (2002). *Chapter 1. Research Methods and Methodology in Finance and Accounting*. Academic Press: Cambridge, MA, USA.
- Sá, A. (2008). *Teoria da Contabilidade*. 4. ed. São Paulo: Atlas.
- Santos, M. (2014). *A Relevância e Utilidade das Demonstrações Financeiras – A Perceção dos gestores das PME*. Lisboa: Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa. Dissertação de Mestrado.
- Santos, S. Alves, M.. (2015). Impacto da Adoção das IPSAS em Demonstrações Financeiras Preparadas em Conformidade com o POCP: o Caso da CFP. *Revista Universo Contábil*, 11(4), pp. 184-205.

- Saraiva, H., Alves, M., & Gabriel, V. (2014). As raízes do processo formal de harmonização contabilística, a sua evolução e influência em Portugal. De *Computis: Revista Española de Historia de la Contabilidad*, 12(22), pp. 172-204.
- Serrasqueiro, Z.; Nunes, L. (2004). *A Informação Contabilística na Tomada de Decisão dos Empresários e/ou Gestores: Um estudo sobre pequenas empresas*. X Congresso de Contabilidade.
- Silva, K., Souza, P. (2011). Análise das demonstrações financeiras como instrumento para tomada de decisões. *INGEPRO-Inovação, Gestão e Produção*, 3(1), 067-078.
- Silva, E., Neto, I., Cerqueira, C., (2014). Evolução e teoria da contabilidade: análise da concepção acadêmica a luz da ciência contábil.
- Silva, T. (2018). *Teoria da Contabilidade*. Universidade estadual do sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista.
- Soderstrom, S., Sun, J. (2007). IFRS Adoption and Accounting Quality: A Review. *European Accounting Review*, 16(4), pp. 675–702.
- Teixeira, C. (2010). O Impacto da Cultura na Interpretação dos Termos e Expressões que Exprimem Probabilidade Utilizados no Normativo do IASB: O Caso dos Auditores Registados na CMVM. *Review of Business and Legal Sciences/Revista de Ciências Empresariais e Jurídicas*, (16), pp. 179-217.
- Wang, J; Ahammad, M. (2012). Private information acquisition and stock evaluation by chinese financial analysts. *International Journal of Management*, v. 29, n. 1, p. 117-132.
- Yamamoto, K. (2008). *What matters in Legislators' Information Use for Financial Reporting? The Case of Japan*. In: Jorge, S. (eds). *Implementing Reforms in Public Sector Accounting*. Coimbra: Universidade de Coimbra, p. 377-391.
- Yin, R. (2015). Estudo de Caso. Planejamento e Métodos.

Apêndice 1- Inquérito

A utilidade da informação financeira e não financeira para a tomada de... <https://docs.google.com/forms/u/0/d/1jJuFstbtdlrxYcmBvGXzKSI...>

A utilidade da informação financeira e não financeira para a tomada de decisão

Prezado Sr. / Sra.,

Apelamos à sua participação, cuja opinião se revela fundamental.

No âmbito do mestrado em Contabilidade e Finanças, realiza-se este questionário para determinar qual o grau de utilidade que os gestores atribuem à informação preparada pelos Contabilistas Certificados.

Este questionário destina-se apenas a contabilistas certificados a exercer funções.

Nesse sentido apelamos à sua participação, cuja opinião se revela fundamental

Tempo estimado de resposta: 5 minutos

Obrigada pela seu visita

***Obrigatório**

PARTE I – DADOS SOBRE A CARACTERIZAÇÃO GENÉRICA DOS INQUIRIDOS

1. É contabilista certificado? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

2. Exerce a profissão de contabilista certificado? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim Avançar para a pergunta 7
 Não

3. Sexo *

Marcar apenas uma oval.

- Feminino
 Masculino

4. Idade *

Marcar apenas uma oval.

- Entre 21 e 35 anos
 Dos 36 aos 50 anos
 Mais de 51 anos

5. Habilitações Académicas *

Marcar apenas uma oval.

- Licenciatura
 Mestrado
 Doutoramento

6. Experiência profissional como contabilista certificado *

Marcar apenas uma oval.

- < 2 anos
 Entre 2 a 5 anos
 Entre 6 a 10 anos
 > 10 anos

7. Acha que a mudança de normativo em 2010 foi útil? *

Marcar apenas uma oval.

- Nada útil
 Pouco útil
 Útil
 Muito útil
 Indispensável

PARTE III-
CARACTERIZAÇÃO
DA ENTIDADE

Selecione dentro das entidades para as quais trabalha a mais antiga, para responder às restantes questões do questionário

8. Data da constituição/ início de atividade: *

Marcar apenas uma oval.

- Inferior ou igual a 1 ano
 Superior a 1 ano e inferior ou igual a 5 anos
 Superior a 5 anos e inferior ou igual a 10 anos
 Superior a 10 anos e inferior ou igual a 50 anos
 Superior a 50 anos

9. Localização geográfica *

Marcar apenas uma oval.

- Norte
 Centro
 Sul
 Região Autónoma da Madeira
 Região Autónoma dos Açores

10. Dimensão da entidade *

Marcar apenas uma oval.

- Microentidade
- Pequena entidade
- Média entidade
- Grande entidade
- Entidade setor não lucrativo

11. Setor em que se insere: *

12. Aplica a: *

Marcar apenas uma oval.

- NCRF-ME
- NCRF-PE
- NCRF
- NCRF-ESNL
- Outra: _____

13. Capital Social (média últimos 3 anos): *

Marcar apenas uma oval.

- Inferior ou igual a 1.000€
- Superior a 1.000€ e inferior ou igual a 5.000€
- Superior a 5.000€ e inferior ou igual a 100.000€
- Superior a 100.000€ e inferior ou igual a 500.000€
- Superior a 500.000€ e inferior ou igual a 1.000.000€
- Superior a 1.000.000€

14. Total de balanço (média últimos 3 anos): *

Marcar apenas uma oval.

- Inferior ou igual a 10.000€
- Superior a 10.000€ e inferior ou igual a 100.000€
- Superior a 100.000€ e inferior ou igual a 500.000€
- Superior a 500.000€ e inferior ou igual a 1.000.000€
- Superior a 1.000.000€

PARTE IV-
CARACTERIZAÇÃO DO
GESTOR

Responda às seguintes questões, acerca do gestor da entidade que seleccionou

15. O gestor possui formação ao nível do ensino superior? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Talvez

16. O gestor é proprietário da empresa?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Talvez

17. Qual o grau de conhecimentos de contabilidade/gestão do gestor? *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	
Nenhum conhecimento	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito conhecimento

18. Com que frequência é requerida a informação financeira?

Marcar apenas uma oval.

- Mensalmente
- Trimestralmente
- Semestralmente
- Anualmente

19. O gestor atribui elevada utilidade à informação adquirida? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

20. Assinale as razões por que acha que a informação financeira é solicitada pelo gestor: *

Marcar tudo o que for aplicável.

- Acompanhar a evolução dos negócios
- Evolução das vendas
- Controlar os inventários
- Obrigações fiscais
- Atribuição de lucros
- Gerir ativos

Outra: _____

De acordo com a informação financeira solicitada, atribua o nível de relevância que o gestor dá a cada Demonstração Financeira

21. Demonstração dos resultados *

Marcar apenas uma oval.

- Nada relevante
- Pouco relevante
- Importante
- Muito importante
- Não aplicável

22. Balanço *

Marcar apenas uma oval.

- Nada relevante
- Pouco relevante
- Importante
- Muito importante
- Não aplicável

23. Demonstração de Fluxos de Caixa *

Marcar apenas uma oval.

- Nada relevante
- Pouco relevante
- Importante
- Muito importante
- Não aplicável

24. Demonstração de Alteração do Capital Próprio *

Marcar apenas uma oval.

- Nada relevante
- Pouco relevante
- Importante
- Muito importante
- Não aplicável

25. Anexo ao balanço e demonstração dos resultados *

Marcar apenas uma oval.

- Nada relevante
- Pouco relevante
- Importante
- Muito importante
- Não aplicável

Na opinião de contabilista certificado, atribua um grau de relevância a cada Demonstração financeira

26. Demonstração dos Resultados *

Marcar apenas uma oval.

- Nada relevante
- Pouco relevante
- Importante
- Muito importante
- Não aplicável

27. Balanço *

Marcar apenas uma oval.

- Nada relevante
- Pouco relevante
- Importante
- Muito importante
- Não aplicável

28. Demonstração dos Fluxos de Caixa *

Marcar apenas uma oval.

- Nada relevante
- Pouco relevante
- Importante
- Muito importante
- Não aplicável

29. Demonstração de alteração do capital próprio *

Marcar apenas uma oval.

- Nada relevante
- Pouco relevante
- Importante
- Muito importante
- Não aplicável

30. Anexo ao balanço e demonstração dos resultados *

Marcar apenas uma oval.

- Nada relevante
- Pouco relevante
- Importante
- Muito importante
- Não aplicável

Relativamente à informação adicional pedida pelo gestor, indique o seu grau de concordância:

31. O gestor pede informação sobre o resultado líquido *

Marcar apenas uma oval.

- 1 2 3 4 5
- discordo totalmente concordo totalmente

32. O gestor pede informação sobre os inventários *

Marcar apenas uma oval.

- 1 2 3 4 5
- discordo totalmente concordo totalmente

33. O gestor pede informação sobre a situação económica e financeira *

Marcar apenas uma oval.

- 1 2 3 4 5
- discordo totalmente concordo totalmente

34. O gestor pede mapas de controlo de gestão *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
discordo totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	concordo totalmente

35. O gestor pede mapas do controlo de inventários *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
discordo totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	concordo totalmente

36. O gestor pede informação sobre o património *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
discordo totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	concordo totalmente

37. O gestor pede informação sobre ativos *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
discordo totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	concordo totalmente

38. O gestor pede informação sobre passivos *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
discordo totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	concordo totalmente

39. O gestor pede os indicadores financeiros *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
discordo totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	concordo totalmente

PARTE X- INFORMAÇÃO
NÃO FINANCEIRA

As empresas abrangidas pela Diretiva 2014/95/UE são obrigadas à divulgação não só de informação relevante sobre as políticas, os riscos e os resultados mas também sobre os indicadores de performance não financeira

40. A empresa selecionada reporta informação não financeira? *

Marcar apenas uma oval.

Sim Avançar para a pergunta 41
 Não

41. A entidade apresenta informação não financeira apenas no Relatório de Gestão?

Marcar apenas uma oval.

Sim
 Não

42. A entidade apresenta relatório de sustentabilidade?

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

43. A entidade apresenta relatório integrado?

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pela Google.

Google Formulários